



Análise Conjuntural da Economia e do Comércio

Maio
2017

N.º 104

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

Presidente: Darci Piana

Diretor Superintendente: Eduardo Luiz Gabardo Martins

Rua Visconde do Rio Branco, 931 – 6º andar

CEP 80410-001 – Curitiba – PR – Telefone (41) 3883-4500

www.fecomerciopr.com.br – federacao@fecomerciopr.com.br

Elaboração: Departamento Econômico da Fecomércio - PR

Apoio de Área: Ricardo Glatz

O conteúdo desta "Análise Conjuntural da Economia e do Comércio" é publicado mensalmente no site da Federação do Comércio do Paraná. Os acessos poderão ser feitos através do site: www.fecomerciopr.com.br

CONJUNTURA: SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS

A combinação de desempenho de dois importantes indicadores conjunturais da economia em 2017 como queda da inflação (acumulado janeiro-maio de 1,42% enquanto no mesmo período de 2016 atingiu 4,05%) e a contenção da taxa de juros Selic pelo Comitê de Política Monetária-COPOM/Banco Central-BC (em maio de 2017 foi 10,25%, com tendência de queda, e no mesmo mês de 2016 atingiu 14,25%) revelam expressivas mudanças no cenário econômico brasileiro. Demonstrem a superação da fase anterior de taxas elevadas. Representa, igualmente, abertura de espaço para, em especial, a partir do 2.º semestre, permitir a criação líquida de empregos, elevação da massa de salários na economia, ampliação do consumo das famílias, e mudança substancial da performance do varejo.

Ocorreram, todavia, um painel de melhorias significativas na economia em janeiro-abril de 2017, que influenciaram indicadores importantes: a) Comércio Exterior; b) Reservas Cambiais; c) Investimento Estrangeiro Direto-IED. Cabe destacar igualmente o crescimento do PIB brasileiro no 1.º trimestre de 2017 de 1,0%, comparado ao 4.º trimestre de 2016.

Tem-se consciência de que ainda existem muitas limitações a serem superadas, sendo que muitas apresentam o perfil típico de um contexto recessivo. Dentre estas, podem ser destacadas: a) PIB negativo a partir do 2.º semestre de 2014 e que se manteve nos anos de 2015 e 2016; b) taxa de desocupação elevada no Brasil no 1.º trimestre de 2017: 13,7% (no 1.º trimestre de 2016 o percentual era de 10,9%); por outro lado, a taxa de desocupação do Paraná, no 4.º trimestre de 2016 atingiu 8,10%, valor que subiu no 1.º trimestre de 2017 para 10,30%. c) queda da massa de salários e poder de compra do trabalhador; d) queda significativa dos gastos do governo e adiamento do pagamento da remuneração de funcionários públicos em diversos Estados da federação.

Cabe destacar no corrente ano uma safra agrícola excepcional, que marca um recorde na produção de grãos no Brasil. Esse adicional na colheita agrícola, se revela muito importante na contenção da elevação de preços agrícolas e da própria inflação interna. Por outro lado, no mercado internacional de *commodities*, esse adicional de safra no mercado leva à ocorrência de queda nos preços agrícolas e na cotação das exportações de produtos agrícolas. Muitos produtores agrícolas nacionais optaram por adiar exportações, no aguardo de melhoria nas cotações. O agronegócio é um grande demandante de máquinas agrícolas e, em decorrência, da indústria de transformação.

Efeitos expansivos e de aquecimento sobre a economia podem ser identificados em 2017 com a liberação de saldos de contas inativas do FGTS e, mais ainda, com o início da divulgação pela Receita Federal dos lotes de restituição do imposto de renda.

A redução dos desequilíbrios ainda prevalentes na economia brasileira, se demonstram mais viáveis a partir do 2.º semestre de 2017. Mas o cenário atual abre perspectivas para se acreditar que a fase mais crítica da recessão está sendo superada, permitindo para 2018, mantidas as condições atuais, e não ocorrendo imprevistos políticos ou econômicos, a economia do país possa usufruir de nova realidade, reverter o perfil recessivo e iniciar um processo de crescimento, com impactos positivos nos Estados.

Uma parcela importante das vendas do varejo não tem sido mensurada pelas entidades de pesquisa de desempenho do setor (por exemplo, o IBGE). É o caso das vendas feitas por internet, o *e-commerce*, e as vendas feitas "de porta em porta" nas residências (padrão de empresas como Avon, Natura, etc.).

Abre-se espaço, igualmente, para a viabilização subsequente de um ambiente psicológico positivo, que possibilite ampliação e melhoria das perspectivas econômicas futuras, uma espécie de otimização das expectativas dos agentes produtivos em relação ao ambiente macroeconômico.

	Apresentação	03
	Sumário	04
	Tabelas	05
I	Nível de Atividade Econômica	07
	1. Produto e Renda	07
	1.1 O PIB Total do Brasil e do Paraná	07
	1.2 O PIB do Brasil por Setores e Subsetores	08
	1.3 Demanda Agregada	09
	1.4 Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda	10
	2. Mercado de Trabalho	11
	2.1 Mercado de Trabalho Brasileiro	11
	2.2 Mercado de Trabalho Paranaense	12
	2.3 Taxa de Desocupação	13
	3. Nível de Salário	14
	3.1 Salário Mínimo no Brasil	14
	3.2 Salário Mínimo no Paraná	15
	4. Nível de Preços	16
	4.1 Introdução	17
	4.2 Meta da Inflação	17
	4.3 Taxa de Inflação	17
	5. Taxa de Juros e Poupança	18
	6. Mercado de Ações	29
	7. Risco País	20
	8. Variação do Dólar	21
II	Atividade Empresarial	23
	9. Comércio Varejista no Paraná	23
	9.1 Desempenho	23
	10. Abertura de Empresas no Paraná	27
	11. Falências Decretadas no Brasil	28
	12. Crédito: Demanda e Inadimplência	29
	12.1 Demanda de Crédito	29
	12.2 Inadimplência	29
	13. Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada-NUCI na Indústria	30
III	Setor Público	31
	14. Arrecadação do Governo	31
	15. Dívida Pública Federal Interna - DPFI	32
	16. Superávit Primário	33
	17. O ICMS no Paraná	34
IV	Relações com o Exterior	35
	18. Comércio Exterior Brasileiro	35
	18.1 Providências de Estímulo às Exportações ou Defesa da Produção Interna	42
	19. Comércio Exterior Paranaense	43
	20. Investimento Estrangeiro Direto - IED na Economia Brasileira	49
	21. Dívida Externa Brasileira	50
	21.1 Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado	50
	22. Reservas Cambiais	51

TABELAS

01	Produto Interno Bruto	07
02	Brasil: Produto Interno Bruto por Setor e Subsetor de Atividade	08
03	Brasil: Variação Percentual do PIB Trimestral	08
04	Brasil: Distribuição da Demanda Agregada	09
05	Brasil: Agregados do PIB em valores correntes	10
06	Brasil: Participação percentual dos setores no valor adicionado	10
07	Brasil: Componentes da demanda no PIB	10
08	Brasil: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	11
09	Paraná: Criação de Empregos por Setor de Atividade Econômica	12
10	Brasil e Curitiba: Taxa de Desocupação	13
11	Brasil: Salário Mínimo	14
12	Paraná: Salário Mínimo	15
13	Índice de Preços	16
14	Taxa de Inflação e Meta da Inflação	17
15	Variação da Taxa de Juros SELIC do Banco Central	18
16	Poupança	18
17	Bolsa de Valores de São Paulo	19
18	Risco País	20
19	Variação do Dólar	21
20	Variação das Vendas	24
20	Variação das Vendas	24
21	Vendas Comparadas ao Mês Anterior	26
22	Vendas Comparadas ao Mesmo Mês do Ano Anterior	26
23	Vendas Acumuladas no ano Comparadas ao Ano Anterior	26
24	Vendas nos Polos de Comércio Pesquisados pela Fecomércio-Pr	26
25	Abertura de Empresas no Paraná	27
26	Falências no Brasil	28
27	Indicador Serasa Experian de Demanda do Consumidor por Crédito	29
28	Indicador Serasa Experian e Banco Central de Inadimplência	29
29	Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria	30
30	NUCI – Por Setor	30
31	Evolução da Arrecadação do Governo Federal	31
32	Participação da Carga Tributária no PIB	31
33	Dívida Pública Federal Interna	32
34	Desempenho do Superávit Primário - Governo Federal e Banco Central	33
35	Paraná: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade	34
36	Brasil: Balança Comercial	35
37	Brasil: Intercâmbio Comercial	36
38	Brasil: Intercâmbio Comercial MERCOSUL	37
39	Brasil: Principais Produtos Exportados para o MERCOSUL	38
40	Brasil: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	38
41	Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
42	Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte	39
43	Brasil: Principais Produtos Exportados	40
44	Brasil: Principais Produtos Importados	40
45	Balança Comercial Brasileira – Com e Sem petróleo e derivados	40
46	Brasil: Exportação por Intensidade Tecnológica	41
47	Brasil: Importação por Intensidade Tecnológica	41
48	Paraná: Balança Comercial e Corrente de comércio	42
49	Paraná: Intercâmbio comercial com o MERCOSUL	43
50	Paraná: Principais Produtos Exportados do MERCOSUL	44
51	Paraná: Principais Produtos Importados do MERCOSUL	44
52	Paraná: Principais Países de destino de Produtos	45
53	Paraná: Principais Produtos Exportados	45
54	Paraná: Principais Blocos Econômicos de Destino e Origem De Produtos	46
55	Paraná: Principais Empresas Exportadoras	46
56	Paraná: Principais Empresas Importadoras	46
57	Paraná: Exportação – Totais por Fator Agregado	47
58	Paraná: Balança Comercial dos Maiores Exportadores Municipais	47
59	Investimento Estrangeiro Direto no Brasil	48
60	Dívida Externa Brasileira	49
61	Brasil: Participação da Dívida Externa	49
62	Brasil: Reservas Cambiais	50

I. NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

1. PRODUTO E RENDA

1.1. O PIB do Brasil e do Paraná (*)

O ano de 2016 apresentou queda de 3,6% em relação ao desempenho de 2015 (ano em que houve queda de 3,8% em relação a 2014). O 4.º trimestre de 2016 apresentou desempenho negativo em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (-2,5%) e sobre trimestre imediatamente anterior (-0,9%), conforme os dados do IBGE. A participação de cada um dos três grandes setores da economia, no total do PIB medido a custo de fatores (sem incluir impostos indiretos líquidos- ou seja impostos indiretos menos subsídios), a preços correntes, foi o seguinte: Agropecuária: 3,24%; Indústria: 18,31%; Serviços: 64,94%. Os impostos indiretos líquidos corresponderam a 13,50%. O resultado da economia no ano foi preocupante, especialmente considerando que em 2015 o negativo havia sido -3,8%. Em 2016, a performance de cada setor (aumento ou redução) no PIB, em relação ao ano anterior, foi o seguinte: Agricultura: -6,6%; Indústria: -3,8%; Serviços: -2,7%.

Os números referentes dos oito últimos trimestres do PIB- janeiro/2015 a dezembro/2016 revelam que a economia brasileira conviveu com diversas restrições: a) juros SELIC elevados; b) inflação ascendente em 2015 e início de contenção em 2016; c) queda na produção de bens industriais; d) investimentos públicos abaixo do necessário; e) esgotamento da capacidade de endividamento do consumidor com redução do seu poder de compra; f) contenção da disponibilização de financiamentos; g) queda na indústria da construção civil e setor imobiliário, detentores de grande efeito multiplicador; h) inadimplência em ascensão; i) elevação do desemprego acumulado e redução na criação de novas oportunidades de trabalho.

O PIB de 2015 foi o que apresentou a maior queda percentual desde 2010, refletindo os erros nas políticas econômicas do governo federal, principalmente no que se refere ao volume de gastos públicos. Num país onde a infraestrutura apresenta diversos gargalos, justifica-se a adoção de políticas estruturais, de médio e longo prazo, destinadas à superação de deficiências em setores básicos: estradas, ferrovias, portos, energia, etc., que permitam ao sistema produtivo atender questões importantes para expandir os investimentos na economia. No entanto as políticas estruturais e de médio e longo prazo foram insuficientes para reverter esse quadro, mesmo com a vigência dos PAC's.

TABELA 1 – PRODUTO INTERNO BRUTO (*)
(Em R\$ Milhões)

Período	Brasil			Paraná(1)			Participação PR / BR (%)
	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (%)	Valor a Preços Correntes de Mercado	Variação Nominal Sobre o Ano Anterior (%)	Variação Real (%)	
	1	2	3	4	5	6	7
2007	2.649.280	13,38	6,0	165.209	20,02	7,2	6,24
2008	3.020.515	14,01	5,0	185.684	12,39	4,0	6,15
2009	3.228.198	6,88	-0,2	196.676	5,92	-1,7	6,09
2010	3.748.846	16,13	7,6	225.205	14,51	9,9	6,01
2011	4.271.480	13,94	3,9	257.122	14,17	4,6	6,02
2012	4.695.876	9,94	1,8	285.620	11,08	0,0	6,08
2013	5.331.619	13,54	3,0	333.481	16,76	5,5	6,25
2014	5.778.953	8,39	0,5	348.084	4,38	-1,5	6,02
2015	6.000.570	3,83	-3,8	365.881	5,11	-3,3	6,10
2016	6.266.895	4,44	-3,6	386.957	5,76	-2,4	6,17

Fonte: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Banco Sidra – Contas Econômicas) (Consulta em 22/03/2017)

Paraná: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos – Produto Interno Bruto) (Consulta em 22/03/2017)

Os resultados para o Estado do Paraná, nos anos de 2014 e 2015, são estimativas preliminares do IPARDES. Dados sujeitos a alteração

(*) Informações com dados disponíveis até 31/05/2017.

1. PRODUTO E RENDA

1.2. O PIB do Brasil por Setores e Subsetores

TABELA 2 – BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DE ATIVIDADE (1)

(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Setores e Subsetores	2015 4º Tri	2016 1º Tri	2016 2º Tri	2016 3º Tri	2016 4º Tri	2016 - 4º TRI		Variação 2016/2015
						Variação % trimestre e anterior	Participa ção % do Setor no PIB Total	
AGROPECUÁRIA	46.283	82.615	84.464	75.256	52.871	-29,75	3,24	15,2
INDÚSTRIA	288.311	262.031	287.320	302.224	298.643	-1,18	18,31	-0,1
1. Extrativa mineral	22.071	9.200	10.751	14.397	19.391	34,69	1,19	-48,5
2. Transformação	153.748	141.342	160.619	168.645	163.652	-2,96	10,04	4,6
3. Construção civil	76.484	73.999	75.561	78.666	76.801	-2,37	4,71	0,2
4. Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	36.008	37.490	40.388	40.516	38.799	-4,24	2,38	14,9
SERVIÇOS	1.000.133	941.142	975.698	993.403	1.058.919	6,60	64,94	5,9
1. Comércio	170.127	161.460	167.005	174.232	176.203	1,13	10,81	2,5
2. Transporte, armazenagem e correio	58.982	57.661	58.348	62.467	60.568	-3,04	3,71	3,2
3. Serviços de informação	43.536	39.467	40.128	41.857	44.779	6,98	2,75	1,5
4. Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos	104.941	109.331	112.345	114.905	115.495	0,51	7,08	19,4
5. Outros serviços(1)	235.699	226.606	235.992	242.976	247.696	1,94	15,19	4,3
6. Atividades imobiliárias e aluguel	128.294	130.610	130.951	132.742	135.485	2,07	8,31	5,8
7. Administração, saúde e educação públicas	258.555	216.006	230.928	224.225	278.694	24,29	17,09	6,0
Impostos líquidos sobre produtos	219.569	212.587	210.241	209.321	220.161	5,18	13,50	0,7
PIB : preços de mercado	1.554.297	1.498.375	1.557.722	1.580.204	1.630.594	3,19	100,00	4,4

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Valores a Preços Correntes) Valores sujeitos a alteração (Consulta em 22/03/2017)

TABELA 3 – BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PIB TRIMESTRAL

Período	Sobre Mesmo Trimestre do ano Anterior	Sobre o Trimestre Anterior			
		PIB TOTAL	Agropecuária	Indústria	Serviços
2013*	--	3,0	8,4	2,2	2,8
4º Tri	2,4	-0,2	-0,2	-1,1	0,1
2014*	--	0,5	2,8	-1,5	1,0
1º Tri	2,7	0,7	2,8	0,7	0,5
2º Tri	-1,2	-1,1	-1,2	-2,5	-0,6
3º Tri	-0,6	0,1	-1,7	0,5	0,3
4º Tri	-0,2	0,0	1,6	-0,4	0,0
2015*	--	-3,8	3,6	-6,3	-2,7
1º Tri	-1,8	-1,0	6,9	-1,6	-1,3
2º Tri	-3,0	-2,2	-4,0	-4,0	-1,2
3º Tri	-4,5	-1,5	-2,6	-1,5	-1,1
4º Tri	-5,8	-1,2	0,7	-1,7	-0,6
2016*	--	-3,6	-6,6	-3,8	-2,7
1º Tri	-5,4	-0,6	-3,2	-0,8	-0,4
2º Tri	-3,6	-0,3	-1,0	1,0	-0,7
3º Tri	-2,9	-0,7	-2,1	-1,4	-0,5
4º Tri	-2,5	-0,9	1,0	-0,7	-0,8

Fonte: www.ibge.gov.br - Valores com ajuste sazonal/deflacionados (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais) (Consulta em 22/03/2017)

(1) O segmento sob denominado outros serviços inclui: Serviços auxiliares à agricultura, agentes de comércio e representação comercial, serviços auxiliares financeiros, dos seguros de previdência complementar e limpeza urbana e esgoto.

* Valores anuais.

1. PRODUTO E RENDA**1.3. Demanda Agregada**

A demanda agregada de uma economia é a soma de: 1) consumo de famílias; 2) consumo do governo; 3) investimento bruto interno (formação de capital fixo mais variação de estoques); 4) balança comercial: exportações (demanda do exterior de produtos da economia brasileira) menos importações (demanda brasileira de bens produzidos no exterior). O investimento bruto interno-IBI considera investimentos públicos e privados (inclui também investimento externo na economia interna); todavia, não contabiliza o investimento de nacionais em outros países.

O IBI de do 4.º trimestre de 2016 foi menor do que cada um dos três primeiros trimestres de 2016. Cada componente da demanda agregada de 2015 representava o elevado grau de restrições vivenciados pela economia no período, muito acima do previsto pelo governo. E a tendência de queda verificada no 1.º semestre de 2016, nominal, só voltou a crescer nos dois últimos trimestres, na sequência dos efeitos das alterações político-institucionais no país no segundo semestre, após *impeachment*. A queda nos investimentos irá refletir em queda no PIB e no emprego, além de efeitos complementares adicionais como contenção do poder de compra do consumidor, maior comprometimento da renda e redução do impacto das políticas de incentivo ao consumo, queda na massa de salários, maior desindustrialização, retração do varejo, além da contração significativa e continuada da economia.

O consumo das famílias-CF apresentou em 2016, pequeno crescimento nominal sobre 2015. O consumo do governo-CG retrata as limitações decorrentes da queda da receita do governo. A balança comercial-BC apresenta tendências de melhoria comparada a 2015, mais relacionados às exportações e à queda nas importações-estas devido redução da performance industrial.

Esse cenário poderá melhorar em 2017, considerando-se a queda da inflação e redução dos juros SELIC do Banco Central. Previsões de economistas e autoridades governamentais apontam nesse momento um pequeno crescimento no PIB de 2017: algo entre 0,5% e 0,7%, com melhorias mais significativas a partir do segundo semestre.

TABELA 4 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA AGREGADA
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Tipo de Demanda	2015 1ºTri	2015 2ºTri	2015 3ºTri	2015 4ºTri	2016 1ºTri	2016 2ºTri	2016 3ºTri	2016 4ºTri
Consumo das famílias	887.763	896.149	937.195	976.767	946.616	959.971	1.009.564	1.042.210
Consumo da administração pública (ou Governo)	272.586	298.286	289.137	342.765	282.786	307.916	303.383	369.297
Investimento Bruto Interno	297.200	248.947	263.064	212.747	244.636	248.331	259.977	218.524
Formação bruta de capital fixo	276.736	254.226	268.430	256.808	249.030	256.741	260.490	254.786
Variação de estoque	20.464	-5.279	-5.366	-44.061	-4.395	-8.410	-514	-36.262
Balança Comercial	-49.540	-15.064	-8.016	-652	-201	14.195	7.281	563
Exportações	152.545	188.897	211.906	216.340	195.408	207.435	192.850	185.014
Importações (-)	202.085	203.961	219.922	216.992	195.609	193.240	185.569	184.451
Demanda Agregada Total	1.408.009	1.428.318	1.481.380	1.531.627	1.473.837	1.530.413	1.580.204	1.630.594

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Contas Nacionais Trimestrais - Valores a Preços Correntes) (Consulta em 22/03/2017)

1.4. Brasil: Grandes Agregados- Evolução de Oferta e Demanda

TABELA 5 – Brasil: Agregados do PIB em valores correntes
(A Preços Correntes - Em R\$ Milhões)

Período	Agropecuária	Indústria	Serviços	Va	Impostos líquidos sobre produtos	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoques	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
2007	120 206	628 933	1 568 156	2 317 296	400 736	2 718 032	1 628 510	509 124	491 115	52 257	362 548	325 522
2008	141 721	720 086	1 762 397	2 624 204	483 326	3 107 531	1 857 401	578 633	605 663	71 772	420 881	426 819
2009	149 449	730 810	1 964 638	2 844 897	483 277	3 328 174	2 063 996	646 738	639 191	-8 311	361 680	375 120
2010	160 322	903 768	2 239 738	3 303 828	583 007	3 886 835	2 341 155	738 966	800 353	46 813	417 270	457 722
2011	190 570	1 010 346	2 517 928	3 718 844	655 921	4 374 765	2 637 009	817 368	902 885	51 174	501 802	535 473
2012	210 416	1 012 968	2 771 049	3 994 433	718 663	4 713 096	2 908 410	909 613	952 524	6 280	563 573	627 304
2013	240 290	1 131 810	3 166 496	4 538 596	77 7859	5 316 455	3 276 050	1 007 780	1 113 772	41 560	620 077	742 784
2014	262 346	1 104 721	3 351 837	4 718 904	802 352	5 521 256	3 449 807	1 114 901	1 090 116	18 650	635 910	788 127
2015	263.626	1.149.415	3.642.326	5.055.367	848.964	5.904.331	3.741.855	1.192.401	1.072.458	-26.687	770.084	845.779
2016	307.419	1.140.267	3.911.819	5.359.504	855.544	6.215.048	3.958.361	1.263.382	1.021.048	-49.580	780.707	758.869

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 22/03/2017)

TABELA 6 – BRASIL: Participação percentual dos setores no valor adicionado

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AGROPECUÁRIA	5,6	5,9	6,1	5,3	5,5	5,3	5,7	5,6	5,4	5,5
INDÚSTRIA	27,8	27,9	25,4	28,1	27,5	26,0	24,9	23,4	22,4	21,2
Extrativa Mineral	2,3	3,2	1,3	3,0	4,1	4,3	4,1	4,0	2,2	1,0
Transformação	17,0	16,6	15,8	16,2	14,6	13,0	13,0	10,9	11,0	11,7
Construção Civil	4,9	4,9	4,9	5,7	5,8	5,7	5,4	2,0	6,5	2,9
Prod. e distrib. de eletricidade, gás, água, esgoto e limp.urb.	3,6	3,1	3,4	3,2	3,1	3,1	2,3	6,5	2,7	5,6
SERVIÇOS	66,6	66,2	68,5	66,6	67,0	68,7	69,4	71,0	72,2	73,3
Comércio	12,1	12,5	11,8	12,5	12,6	12,7	12,7	12,1	11,8	12,5
Transporte, armazenagem e correio	4,8	5,0	5,1	5,0	5,1	5,4	5,3	4,5	4,3	4,4
Serviços de informação	3,8	3,8	3,7	3,2	3,0	2,9	2,6	3,7	3,3	3,1
Intermediação financeira, seguros, prev. complementar e Serv. Relac.	7,7	6,8	7,3	7,5	7,4	7,2	7,0	6,7	7,6	8,3
Outros Serviços	14,2	14,1	15,1	14,3	14,5	15,7	15,7	10,2	17,0	9,8
Ativ. imobiliárias e aluguéis	8,5	8,2	8,4	7,8	7,9	8,2	8,3	17,0	10,4	17,6
Adm., saúde e educação públicas	15,5	15,8	17,0	16,2	16,3	16,6	17,7	16,8	17,9	17,5
Valor adicionado a Preços Básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Impostos sobre Produtos	16,3	17,5	16,2	17,2	17,3	17,9	17,9	17,0	17,0	15,7
PIB a Preços de Mercado	116,3	117,5	116,2	117,2	117,3	117,9	117,9	117,0	117,0	115,7

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (Consulta em 22/03/2017)

TABELA 7 – BRASIL: Componentes da demanda no PIB (%)

Período	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Consumo das famílias	59,9	59,8	62,0	60,2	60,3	61,7	61,6	62,5	63,4	63,7
Consumo do governo	18,7	18,6	19,4	19,0	18,7	19,3	19,0	20,2	20,2	20,3
FBCF+variação de Estoques	20,0	21,8	19,0	21,8	21,8	20,3	21,7	20,1	17,7	16,4
Exportações de bens e serviços	13,3	13,5	10,9	10,7	11,5	12,0	11,7	11,5	13,0	12,6
Importações de bens e serviços	(12,0)	(13,7)	(11,3)	(11,8)	(12,2)	(13,3)	(14,0)	(14,3)	(14,3)	(12,2)
PIB a preços de mercado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: www.ibge.gov.br - (Indicadores – Contas Nacionais Trimestrais – Publicação completa) (consulta em 22/03/2017)

2. MERCADO DE TRABALHO

2.1. Mercado de Trabalho Brasileiro

O mercado de trabalho no Brasil possui como um dos indicadores a criação de empregos, resultante do número de empregados admitidos menos o de demitidos, fornecido pelo CAGED/MTE-Ministério do Trabalho e Emprego.

No quadrimestre janeiro-abril de 2017, o total de empregos criados foi positivo, assim distribuído: números positivos no total da Indústria e no ramo de Serviços Industriais de Utilidade Pública; setor de Serviços e ramos componentes: Administração Pública, Outros Serviços, e Comércio; e na Agropecuária. Em 2016, o número de demissões foi superior ao de admissões.

As categorias de mercado em uma economia correspondem a quatro grandes segmentos em uma abordagem macroeconômica: 1) mercado de bens e serviços, no qual ocorrem a demanda e a produção e a oferta; 2) mercado monetário-financeiro: oferta e demanda de moeda e bolsa de valores (inclui o mercado de capitais); 3) mercado externo, caracterizado por exportações e importações; e 4) mercado de trabalho. Neste, ocorre oferta e demanda de mão-de-obra na economia e a utilização da força de trabalho disponível e economicamente ativa.

Devido a fatores sazonais, o mês de dezembro, tradicionalmente, gera poucos empregos na Indústria de Transformação, pois as encomendas do comércio para o Natal são efetuadas preferencialmente, de agosto a outubro. A valorização cambial do dólar no começo de 2016 permitiu crescimento das vendas da indústria exportadora para o exterior, o que abriu espaço para ampliar empregos neste ramo da Indústria no período. A ação de fatores sazonais gerou contenção do emprego no primeiro semestre do ano, período em que a indústria e o comércio ainda avaliavam tendências de mercado para o restante do ano. Tradicionalmente, no 1.º trimestre do ano, a geração de emprego é menor que nos demais meses.

Por outro lado, o Comércio gera mais empregos temporários no final de ano (e nas datas comemorativas) e demite pouco nesses períodos, até como estratégia de atendimento da demanda adicional de dezembro, impulsionada pelo Natal e o 13.º salário. Na verdade, a intensidade das crises econômica e política predominantes no país, contribuíram para conter ou adiar investimentos e poder de compra, num ambiente de incertezas, que restringiu criação de empregos, devido a queda da demanda.

TABELA 8 – BRASIL: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Setor	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Jan-Abr
INDÚSTRIA	256.847	244.446	-267.816	-1.048.250	-705.780	31.022
Extrativa Mineral	10.928	2.680	-2.348	-14.039	-11.888	-933
Transformação	86.406	126.359	-163.817	-608.878	-322.526	-801
Serviços Industriais de Utilidade Pública	10.223	8.383	4.825	-8.374	-12.687	32.453
Construção Civil	149.290	107.024	-106.476	-416.959	-358.679	303
SERVIÇOS	1.040.019	870.853	665.179	-503.942	-603.125	19.544
Comércio	372.368	301.095	180.814	-218.650	-204.373	2.759
Administração Pública	1.491	22.841	8.257	-9.238	-8.643	16.304
Outros Serviços (*)	666.160	546.917	476.108	-276.054	-390.109	481
AGROPECUÁRIA	4.976	1.872	-370	9.821	-13.089	16.633
TOTAL	1.301.842	1.117.171	396.993	-1.542.371	-1.321.994	2.031

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 29/05/2017)

(*) Outros Serviços conforme o CAGED, é formado por: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino. (*) CAGED

2. MERCADO DE TRABALHO**2.2. Mercado de Trabalho Paranaense**

No Paraná, os números totais fornecidos pelo CAGED referentes ao 1.º quadrimestre de 2017 foram positivos. O total de Admitidos superou o de Demitidos, indicativo do início de uma nova tendência estimulada pela queda da inflação e pela redução das taxas de juros SELIC do Banco Central. O desempenho mais fraco no período, negativo, foi do Comércio Varejista: -3.943. A melhora do quadrimestre, no entanto, não é suficiente para marcar uma recuperação na conjuntura econômica, o que dependerá ainda da manutenção por alguns meses da continuidade do aumento de empregos, os quais deverão ter desempenho diretamente proporcional à elevação de investimentos na indústria e do lado da demanda, melhoria do poder de compra da população, maior massa de salários e contenção da inadimplência.

Em 2015, os empregos criados no Paraná foram negativos, situação mantida em 2016. Até 2014, o cenário da economia para geração de emprego era o inverso do que vigorou em 2015 e 2016: ocorreu até em alguns ramos que a demanda de mão-de-obra não foi atendida, devido a não-qualificação. Era comum até meados de 2014 o trabalhador optar pelo emprego em função da melhor remuneração e benefícios como: assistência-saúde, vales alimentação e transporte. A perspectiva de carreira não era prioritária. Havia grande rotatividade de mão-de-obra e dificuldades em preencher vagas em setores do varejo: supermercados e hipermercados; hotéis, bares e restaurantes; e lojas franquizadas que buscam adequar o trabalhador aos padrões da loja/marca. Uma característica desses ramos era contratar trabalhadores para 1.º emprego, sem experiência anterior sendo o treinamento ofertado na empresa. A indústria teve carência de trabalhador qualificado em segmentos como "acabamento" na construção civil.

TABELA 9 – PARANÁ: CRIAÇÃO DE EMPREGOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Número de Empregos Admitidos menos o Número de Demitidos)

Período	Indústria (1)	Serviços				Agropecuária e Outros	Total
		Comércio Varejista	Comércio Atacadista	Administração Pública (2)	Outros Serviços (3)		
2008	36.478	26.656	6.411	-408	35.686	6.080	110.903
2009	21.264	18.572	4.183	2.069	27.377	-4.381	69.084
2010	41.527	33.831	5.159	340	53.125	-2.375	131.607
2011	36.721	26.672	6.597	1.876	51.557	493	123.916
2012	41.809	26.864	5.910	1.573	50.357	6.110	132.623
2013	18.711	22.254	5.881	2.112	39.196	2.195	90.349
2014	-4.969	9.779	3.728	586	32.050	-162	41.012
2015	-62.118	-13.526	482	162	-4.659	2.516	-77.143
2016	-33.134	-8.059	247	-137	-11.826	-1.500	-54.409
Abr	-2.488	351	-582	6	1.233	317	-1.163
Mai	-2.462	-101	72	86	-923	-60	-3.388
Jun	-4.335	-1.496	-37	16	-1.738	460	-7.130
Jul	-1.872	-1.639	95	191	-2.203	-190	-5.618
Ago	-215	241	144	-151	1.102	-588	533
Set	-1.352	1.097	-101	7	525	237	413
Out	-718	858	289	-57	-527	-232	-387
Nov	-7.467	3.433	-222	-29	-2.061	-889	-7.235
Dez	-10.649	-2.074	-539	-539	-10.491	-1.309	-25.601
2017	11.569	-3.943	1.526	237	10.845	1.410	21.644
Jan	5.304	-3.568	495	-25	2.045	722	4.973
Fev	2.177	-931	1.327	-65	5.532	763	8.803
Mar	1.403	-1.068	-159	156	783	11	1.126
Abr	2.685	1.624	-137	171	2.485	-86	6.742

Fonte: www.mte.gov.br (Consulta em 29/05/2017)- Valores sujeitos à alterações.

(1) Indústria compreende os ramos: 1) extrativa mineral; 2) transformação; 3) serviços industriais de utilidade pública; 4) construção civil.

(2) Compreende: administração pública, saúde e educação pública.

(3) O CAGED estabelece: a) Instituições financeiras; b) administração de imóveis e serviços técnicos profissionais; c) transporte e comunicação; d) alojamento, alimentação reparação e manutenção; e) médicos odontológicos; f) ensino.

(*) Resultados acrescidos de ajustes conforme CAGED; a variação relativa tem por base: estoques do mês atual e de dezembro do ano t-1, ambos com ajuste.

(**) A diferença entre a somatória de 2014 e os números dos meses respectivos se deve a ajustes efetuados pelo CAGED, entidade que fornece os dados.

2. MERCADO DE TRABALHO**2.3. Taxa de desocupação**

O IBGE extinguiu o cálculo da "taxa de desemprego". A partir dessa mudança passou a vigorar a " taxa de desocupação", conforme Tabela 10.1, que também contém as explicações sobre os conceitos utilizados. O que passa a ser considerado é o índice PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, que mede a Taxa de Desocupação. O conceito é mais amplo e contempla um número maior de cidades.

A PNAD do trimestre Jan-Fev-Mar2017 indica taxa de desocupação de 13,7%. Em 2016, a desocupação foi 11,5%. Na base desse cenário cabe mencionar: esgotamento das políticas de incentivo ao consumo, recessão na economia, em especial na indústria com grande desemprego e redução no PIB industrial, contenção do consumo das famílias, perda do poder de compra, queda no varejo em geral, contenção dos investimentos. Os juros e a inflação tiveram quedas importantes em 2017. A geração de emprego diminuiu, e o mercado de trabalho das empreiteiras de obras públicas tem maior queda, motivado pelo corte dos gastos do governo.

Em 2013-2014, pela metodologia anterior, a situação era de quase pleno-emprego, com maior salário real médio, muito estimulado pelo crescimento do setor serviços. A taxa calculada então pelo IBGE tinha como base 6 regiões metropolitanas. Um indicador com baixo desemprego pode pressionar o salário real médio e impactar preços e inflação.

TABELA 10- BRASIL E CURITIBA: TAXA DE DESEMPREGO

Período	Taxa de Desemprego Variação %	
	Brasil	RM Curitiba (1)
2006	10,0	6,9
2007	9,3	6,2
2008	7,9	5,4
2009	8,1	5,4
2010	6,8	4,5
2011	6,0	3,7
2012	5,5	3,9
2013	5,4	--
2014	4,8	--
2015	6,8	--

TABELA 10.1 - PNAD: TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Período	Taxa de Desocupação Variação %		
	Brasil	Sul	Paraná
2013	7,13	4,25	4,30
2014 1º Tri	7,10	4,30	4,10
2º Tri	6,80	4,10	4,10
3º Tri	6,80	4,20	4,10
4º Tri	6,50	3,80	3,7
2014	6,80	4,10	4,00
2015 1º Tri	7,94	5,10	5,30
2º Tri	8,31	5,52	6,20
3º Tri	8,88	5,99	6,10
4º Tri	8,96	5,70	5,80
2015	8,52	5,58	5,90
2016 1º Tri	10,9	4,75	8,10
2º Tri	11,3	5,17	8,20
3º Tri	11,8	5,04	8,50
4º Tri	12,0	4,94	8,10
2016	11,5	5,0	8,20
2017 - 1º Tri	13,7	9,29	10,30

Taxa de desocupação: Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, [Desocupados / força de trabalho] x 100.

Pessoas desocupadas: São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Pessoas na força de trabalho: As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas no período.

Fontes: Brasil: www.ibge.gov.br - (Indicadores - Trabalho e rendimento - mensal) - (Consulta em 29/05/2017).
RM Curitiba: www.ipardes.gov.br - (Indicadores Econômicos - Mercado de Trabalho) - (Consulta em 29/05/2017)

(1) IPARDES é o órgão responsável pelos dados do desemprego na Região Metropolitana de Curitiba.
Taxa anual calculada internamente pela FECOMERCIO - Média dos trimestres do ano

3. NÍVEL DE SALÁRIO**3.1. Salário Mínimo no Brasil**

O salário mínimo, com correção anual definida pelo governo federal, tem a variação definida pela inflação acumulada nos 12 meses anteriores e mais um percentual variável de produtividade. É um valor de referência para a remuneração no país.

Os trabalhadores do comércio têm sua remuneração estabelecida a partir de uma correção igual ao valor da inflação sobre o salário anterior mais os percentuais de itens negociados na data base entre os sindicatos representativos das categorias de trabalhadores e de empresários do comércio. O início da vigência do novo salário possibilita um adicional na massa de salários para os trabalhadores e um correspondente aumento no poder de compra desses trabalhadores.

De 2005 a 2010, o percentual de reajuste foi superior à inflação dos doze meses anteriores, representando um aumento real de salários e no poder aquisitivo da população que tem o salário mínimo como referência de remuneração. Em 2011, o reajuste foi menor que a inflação. De 2012 a 2014 o reajuste do salário mínimo foi maior que a inflação de referência.

TABELA 11 – BRASIL: SALÁRIO MÍNIMO

Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Início da Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	350,00	16,67	162,49	2,154	1/4/2006	4,41
2007	380,00	8,57	187,56	2,026	1/5/2007	3,21
2008	415,00	9,21	246,88	1,681	1/3/2008	3,77
2009	465,00	12,05	198,13	2,347	1/2/2009	5,32
2010	510,00	9,68	295,82	1,724	1/1/2010	3,81
2011	545,00	6,86	327,52	1,664	1/3/2011	7,54
2012	622,00	14,13	333,05	1,867	1/1/2012	4,86
2013	678,00	8,26	332,11	2,041	2/1/2013	5,84
2014	724,00	6,78	302,06	2,397	1/1/2014	5,91
2015	788,00	8,84	307,59	2,562	1/1/2015	6,41
2016	880,00	11,67	217,93	4,038	1/1/2016	10,67
2017	937,00	6,48	286,29	3,273	1/1/2017	6,29

Fonte: www.mte.gov.br – (Emprego e Renda – Salário Mínimo) (Consulta em 16/01/2017)

O salário mínimo –SM, foi criado pelo Decreto-Lei nº 2162 de 01/05/1940, quando passou a vigorar (*). O país foi dividido em 22 regiões (20 estados da época, mais território do Acre e Distrito Federal); os estados foram divididos em sub-regiões, num total de 50 sub-regiões. Para cada sub-região fixou-se um valor de SM, num total de 14 valores distintos para o Brasil. A relação entre maior e menor valor em 1940 era de 2,67. A primeira tabela do SM teve vigência de três anos; em julho de 1943 houve o primeiro reajuste, seguido de outro em dezembro do mesmo ano.

Em maio de 1984 ocorreu a unificação do SM no país. A partir de 1990, apesar dos altos índices de inflação, as políticas salariais buscaram garantir o poder de compra do SM, que apresentou crescimento real de 10,6% entre 1990 e 1994, em relação à inflação medida pelo INPC.

A estabilização pós Plano Real, permitiu ao SM elevar ganhos reais em 28,3% de 1994 a 1999.

Os dados da evolução do SM desde 1940 permitem duas conclusões importantes: 1º) ao contrário de manifestações frequentes de que o poder de compra do SM seria hoje muito menor que na sua origem, os dados mostram não existir perda significativa; 2º) a estabilização dos preços a partir de 1994 permitiu significativa recuperação do poder de compra do SM desde a década de 50.

(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior. O valor no período pode diferir da inflação anual. (Consulta em 16/01/2017).

3. NÍVEL DE SALÁRIO

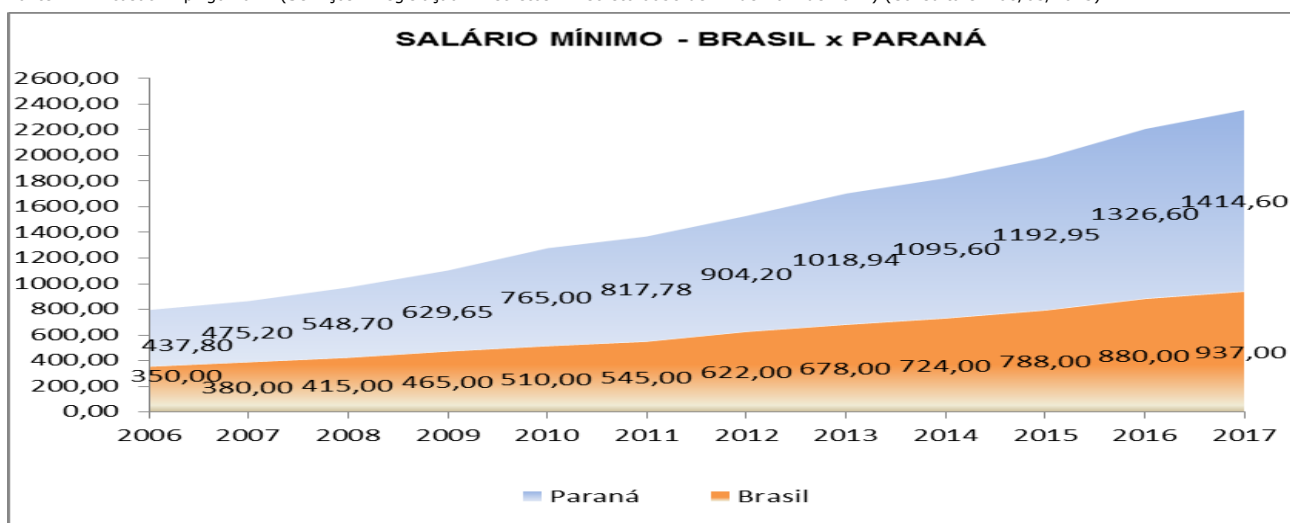
3.2. Salário Mínimo no Paraná

O Governo do Paraná instituiu, a partir de 2006, salário mínimo regional para categorias de trabalhadores que não possuíam: a) piso salarial estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho; b) piso salarial estabelecido em lei federal. Como exemplo, cabe citar: empregadas domésticas. Os valores na Tabela 12 correspondem ao teto máximo do reajuste.

As leis estaduais dos valores do salário mínimo no Paraná são: a) Lei 15.118 de 2006; b) Lei 15.486 de 2007; c) Lei 15.826 de 2008; d) Lei 16.099 de 2009; e) Lei 16.470 de 2010; f) Lei 16.807 de 2011; g) Lei 17.135 de 2012; h) Decreto 8.088 de 1º de maio de 2013; i) Lei 18.059 de 2014; j) Decreto 1.198 de 30 de abril de 2015; k) Decreto Lei 18766 de 01 de Maio de 2016; l) Decreto n.º 6638 de 12 de abril de 2017. O salário no Paraná e os percentuais de correção utilizados tem sido superiores aos valores do mínimo do governo federal.

TABELA 12 – PARANÁ: SALÁRIO MÍNIMO						
Período	Valores em R\$	Variação (%)	Equivalência em US\$ (1)	Cotação do Dólar	Data de Vigência	Inflação no Período (%) (2)
2006	437,80	45,93	190,35	2,071	1/5/2006	4,63
2007	475,20	8,54	246,35	2,026	1/5/2007	3,00
2008	548,70	15,47	336,83	1,650	1/5/2008	5,04
2009	629,65	14,75	294,66	2,137	1/5/2009	5,53
2010	765,00	21,49	441,94	1,731	1/5/2010	5,22
2011	817,78	6,89	519,59	1,574	1/5/2011	5,21
2012	904,20	1,57	472,34	1,914	1/5/2012	4,48
2013	1.018,94	12,69	507,21	2,010	1/5/2013	7,22
2014	1.095,60	7,52	493,05	2,222	1/5/2014	6,28
2015	1.192,95	8,89	387,95	3,075	1/5/2015	8,17
2016	1.326,60	11,20	384,52	3,450	1/5/2016	9,39
2017	1.414,60	6,63	446,25	3,170	1/5/2017	4,57

Fonte: www.casacivil.pr.gov.br – (Serviços – Legislação – Decretos – Decreto 6638 de 12 de Abril de 2017) (Consulta em 08/05/2015).



(1) Foi utilizado como referência o valor de venda do US\$-Dólar no primeiro dia útil do mês da alteração salarial.

(2) O valor da Inflação se refere ao valor acumulado do IPCA, em relação ao salário anterior.

(3) Valor divulgado refere-se ao teto salarial máximo, segundo os grupos da classificação brasileira de ocupações: (IPCA de Abril a Maio)

GRUPO I – R\$ 1.223,20 para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO II – R\$ 1.269,40 para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio, Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO III – R\$ 1.315,60 para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

GRUPO IV – R\$ 1.414,60 para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

4. NÍVEL DE PREÇOS

4.1. Introdução

As oscilações e evolução dos níveis de preços constituem fatores importantes na avaliação conjuntural de uma economia. Os órgãos encarregados dessa mensuração devem utilizar metodologias consistentes que permitam captar adequadamente as variações nos preços. Ademais, os itens que compõem a cesta de bens a ser pesquisada para se realizar o cálculo da inflação devem representar os padrões de consumo das categorias de renda avaliadas.

Serão apresentados como representativos das variações de preços, dois indicadores:

1.º) IPCA: índice de preços ao consumidor ampliado, índice oficial de inflação do Brasil, obtido pelo IBGE. Representa variações de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda até 40 salários mínimos, em diferentes regiões do País. Os índices obtidos em cada região são agregados conforme pesos pré-determinados relacionados à importância, dimensão e habitantes para a composição do índice nacional.

Os grupos de despesas que compõem o IPCA são os seguintes:

- 1) alimentação e bebidas; 2) habitação; 3) artigos de residência;
- 4) vestuário; 5) transportes; 6) saúde e cuidados pessoais;
- 7) despesas pessoais; 8) educação; 9) comunicação.

A base de cálculo do IPCA é composta de: **a)** nove (9) regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Belém, Fortaleza, Salvador; **b)** Distrito Federal; **c)** três (3) cidades: Goiânia, Vitória, Campo Grande.

2.º) IPC: inflação da cidade de Curitiba, calculado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (da Secretaria de Planejamento do Estado).

TABELA 13 – ÍNDICE DE PREÇOS

Índice	Entidade Elaboradora	Período de Coleta: dias	Base Geográfica	Renda Familiar	Uso Principal
1) IPCA ⁽¹⁾	IBGE	1 a 30 (mês civil)	11 Capitais (*)	1 a 40 SM	Inflação oficial do País Tem ampla aplicação.
2) IPC ⁽²⁾	IPARDES /Curitiba	1 a 30	Curitiba	1 a 40 SM	Preços no varejo em Curitiba

4.2. Meta da Inflação

O regime de metas de inflação foi implantado em 1999. Nesse procedimento, as autoridades monetárias: Comitê de Política Monetária-COPOM, Conselho Monetário Nacional-CMN, Banco Central e Ministério da Fazenda – definem para o ano seguinte um valor limite para a inflação (meta), com oscilação para cima ou para baixo de 2 (dois) pontos e, no ano de referência, o posicionamento das autoridades visa o cumprimento da meta.

O valor da inflação definido na meta é obtido das análises do desempenho da economia no ano anterior, das tendências do mercado externo, das oscilações da demanda agregada e das variações de preços básicos (commodities agrícolas, petróleo, indústria extrativa mineral e siderurgia).

(1) IPCA - Preços ao Consumidor Amplo

(2) IPC - Preços ao Consumidor.

4. NÍVEL DE PREÇOS**4.3. Taxa de Inflação**

A inflação de janeiro/abril de 2017 foi menor que a dos mesmos meses de 2016, bem como a do acumulado em doze meses comparada ao mesmo período de 2016. Os números de 2017 surgem como decorrência da queda mensal verificada a partir de agosto de 2016. O mês de dezembro/2016, teve inflação de 0,30%, ou seja, inferior a 1/3 do percentual de dezembro de 2015. Também é importante destacar que a inflação de 2016, de 6,29%, atingiu valor bem inferior ao de 2015 e esteve contida abaixo do limite superior da meta inflacionária de 2016: 6,50%, que indica inversão de tendência em relação a 2015. Em cada mês do último quadrimestre de 2016, a inflação esteve sensivelmente abaixo de igual período de 2015.

Em 2016, dois instrumentos da política econômica do governo, especialmente no 2.º semestre, foram os que mais contribuíram para a redução: a taxa de juros e as restrições ao crédito. Ademais, a queda do nível de atividade econômica no país, destacando-se a queda no PIB, foi um fator adicional importante para contenção de preços.

TABELA 14 – TAXA DE INFLAÇÃO E META DE INFLAÇÃO

Período	Brasil			Meta de Inflação (%)	Curitiba		
	IPCA (IBGE) (%)				IPC (IPARDES) (%)		
2007	4,46			4,5	4,78		
2008	5,90			4,5	4,85		
2009	4,31			4,5	3,88		
2010	5,91			4,5	5,09		
2011	6,50			4,5	5,81		
2012	6,20			4,5	5,91		
2013	5,56			4,5	6,17		
2014	6,41			4,5	6,05		
2015	10,67			4,5	10,71		
	Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses		Variação mensal	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
2016		6,29		4,5		5,40	
Jan	1,27	1,27	10,71		0,85	0,85	11,20
Fev	0,90	2,18	10,36		0,75	1,61	10,76
Mar	0,43	2,62	9,39		0,82	2,45	10,77
Abr	0,61	3,25	9,28		1,03	3,5	9,33
Mai	0,78	4,05	9,32		0,42	3,93	8,2
Jun	0,35	4,42	8,84		0,28	4,22	8,19
Jul	0,52	4,96	8,74		0,64	4,89	8,08
Ago	0,44	5,42	8,97		-0,31	4,56	7,55
Set	0,08	5,51	8,48		0,36	4,94	7,57
Out	0,26	5,78	7,87		0,35	5,3	6,64
Nov	0,18	5,97	6,99		0,32	5,64	6,13
Dez	0,30	6,29	6,29		-0,22	5,40	5,40
2017				4,5			
Jan	0,38	0,38	5,35		0,91	0,91	5,46
Fev	0,33	0,71	4,76		0,26	1,17	4,94
Mar	0,25	0,96	4,57		-0,08	1,09	4,00
Abr	0,14	1,10	4,08		0,38	1,47	3,34

Tabela 14.A – Maiores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Abril)

Saúde e Cuidados Pessoais	1,00
Alimentação e Bebidas	0,58
Comunicação	0,55

Tabela 14.C – Maiores aumentos por localidades – Brasil (Abril)

Brasília	0,54
Recife	0,49
Rio de Janeiro	0,38

Tabela 14.B – Menores aumentos por grupos de despesas – Brasil (Abril)

Habitação	-1,09
Artigos de Residência	-0,28
Transportes	-0,06

Tabela 14.D – Menores aumentos por localidades – Brasil (Abril)

Salvador	-0,22
Campo Grande	-0,13
Belo Horizonte	-0,08

5. TAXA DE JUROS E POUPANÇA

A taxa de juros SELIC do Banco Central marcou queda para 10,25% em 31 de maio, a menor desde 2013. A SELIC é referência para os demais juros no país e também para a correção da dívida pública. A nova taxa atual, 10,25%, no entanto, ainda é um valor alto, considerando que a inflação de 2016 foi 6,29% e apresenta tendência de queda. Constitui um indicador importante que deverá repercutir na oferta de crédito, no volume da dívida pública e poderá auxiliar na melhoria do PIB em 2017. No entanto, ainda é uma taxa elevada para os padrões de uma economia não-desenvolvida.

Representa um indicativo do início de nova tendência, Até julho de 2015, a política de aumento dos juros do Comitê de Política Monetária-COPOM do BC, indicava a priorização do desaquecimento do consumo, adiamento da demanda e contenção da elevação de preços. Essa terapia, que teve um sucesso relativo num primeiro momento, passou por um esgotamento em função dos fatores paralelos adicionais de contenção. Passou a se justificar a inversão da política, priorizando redução dos juros, que passou a vigorar desde outubro de 2016.

O padrão de emprego elevado até 1.º semestre de 2014 fez crescer componentes econômicos como: massa de salários, renda da população ativa e qualificada, poder aquisitivo, resultando em pressão de demanda sobre sistema de produção. Todavia, na conjuntura atual, se justificam as inversões pelo esgotamento do modelo anterior.

O ponto de corte para a redução do rendimento da poupança, considerando as mudanças vigentes, era a SELIC em 8,0%, percentual que ocorreu entre julho/2012 até junho/2013; ao atingir 8,0% em junho/2013, o critério para rendimento da poupança voltou ao padrão anterior.

TABELA 15 – VARIÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC DO BANCO CENTRAL

2014		2015		2016		2017	
Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)	Mês	Taxa Selic (%)
Jan	10,50	Jan	12,25	Jan	14,25	Jan	13,00
Fev	10,75	Fev	12,25	Fev	14,25	Fev	12,25
Mar	10,75	Mar	12,75	Mar	14,25	Mar	12,25
Abr	11,00	Abr	13,25	Abr	14,25	Abr	11,25
Mai	11,00	Mai	13,25	Mai	14,25	Mai	10,25
Jun	11,00	Jun	13,75	Jun	14,25	Jun	
Jul	11,00	Jul	14,25	Jul	14,25	Jul	
Ago	11,00	Ago	14,25	Ago	14,25	Ago	
Set	11,00	Set	14,25	Set	14,25	Set	
Out	11,25	Out	14,25	Out	14,00	Out	
Nov	11,25	Nov	14,25	Nov	13,75	Nov	
Dez	11,75	Dez	14,25	Dez	13,75	Dez	

TABELA 16 – POUPANÇA (*)

Mês	2016	2017
	Rentabilidade	Rentabilidade
Jan	0,6327	0,6708
Fev	0,5962	0,5304
Mar	0,7179	0,6527
Abr	0,6311	0,5000
Mai	0,6541	0,5768
Jun	0,7053	
Jul	0,6629	
Ago	0,7558	
Set	0,6583	
Out	0,6609	
Nov	0,6435	
Dez	0,6858	

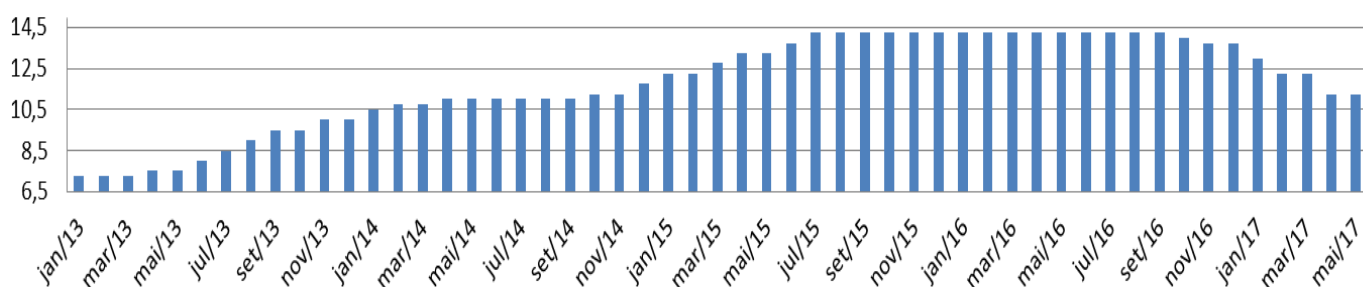
Fonte: www.bcb.gov.br – (Sistema de metas para a inflação – Copom) (Consulta em 29/05/2017)

Fonte: www.bcb.com.br (Economia e Finanças – Séries Temporais – Acesso ao Sistema de Séries

Temporais – Mercados Financeiros e de Capitais – Aplicações Financeiras – Caderneta de Poupança – Rentabilidade no Período) (Consulta: 29/05/2017)

(*) A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração)

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS (SELIC) - 2012 a 2017



6. MERCADO DE AÇÕES

O Índice Bovespa de Abril/2017: 64.469 pontos, apresentou pequena queda em relação a março (quando atingiu 65.028 pontos) e também teve pequena queda em relação a fevereiro. Os valores de 2017, na média, são superiores aos de 2016. É um bom resultado, considerando que o valor indica um início de recuperação do mercado acionário. A grande entrada de dólares na economia brasileira a partir do último trimestre de 2016 contribuiu bastante para a elevação, bem como as mudanças surgidas no cenário político do país após agosto-setembro/2016, que contribuíram para melhorar o índice BOVESPA. No contexto anterior, até 1.º semestre de 2016, a contenção do desempenho teve por origem: 1) procedimentos adotados pelas empresas no contexto de crise que reduziram respectivo valor de mercado; 2) vigência de políticas governamentais que desestimularam investimentos privados e levaram à contenção da economia como um todo; 3) cenário interno com deterioração de padrões éticos, morais e políticos por pessoas ou grupos com cargos/funções de relevância também criaram limitações. Estas variáveis compuseram um quadro recessivo que há muito tempo não ocorria no país.

Menciona-se também o redirecionamento da opção dos investidores por outras aplicações, num contexto de inflação crescente. A realidade atual restringe aplicações imobiliárias e favorece títulos e fundos com retorno a partir de 14% ou 15% no ano. As ações não permitem retorno no curto prazo; são papéis de retorno a médio e longo prazo.

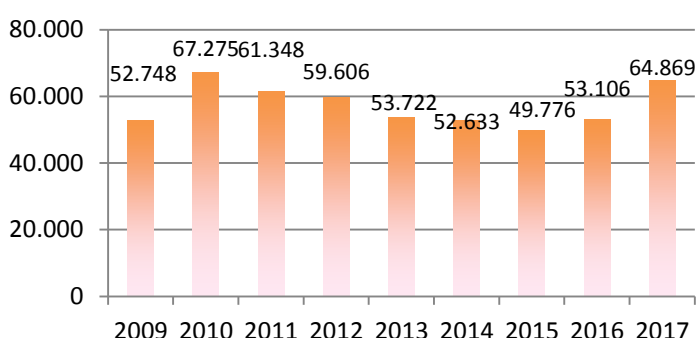
A recuperação dos EUA ocorreu, induzindo a um retorno de aplicações naquele país e valorização do dólar. Alguns países desenvolvidos apresentam melhorias nas suas economias. As eleições nos EUA em 2016 elegeram Donald Trump, o que surpreendeu outros países e poderá refletir em impactos imprevistos no contexto mundial.

TABELA 17 – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO

Período	Índice Bovespa (Pontos) (1) (2)	Variação Percentual (%)
2008	55.329	3,98
2009	52.748	-4,66
2010	67.275	27,54
2011	61.348	-8,77
2012	59.606	-2,84
2013	53.722	-9,87
2014	52.632	-2,03
2015	49.776	-5,43
2016	53.106	6,69
Abr	51.852	5,45
Mai	51.016	-1,61
Jun	50.161	-1,68
Jul	55.022	9,69
Ago	57.988	5,39
Set	58.425	0,75
Out	51.653	3,77
Nov	52.599	1,75
Dez	59.126	-4,05
2017	--	--
Jan	63.534	7,45
Fev	66.445	4,58
Mar	65.028	-2,13
Abr	64.469	-0,86

Fonte: www.bovespa.com.br – (Mercado – Ações – Índices – Índice Bovespa – Estatísticas Históricas – Evolução diária) (Consulta em 29/05/2017)

IBOVESPA - MÉDIA ANUAL



(1) Cálculo anual com base na média de cada mês.

(2) Cálculo mensal realizado através da média diária do fechamento do pregão no mês.

7. RISCO- PAÍS

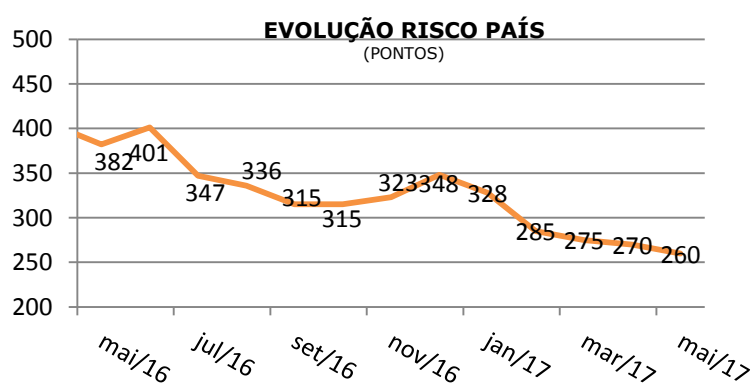
O risco- país do Brasil em maio/2017 caiu para 260 pontos, o menor desde janeiro de 2016. As alterações adotadas no Poder Legislativo Federal, apontam para o possível início da superação das dificuldades anteriores. Há um grande espaço ainda para melhoria, com a perspectiva de continuidade de queda do risco-país em 2017. Acontecimentos políticos podem, no entanto, prejudicar uma tendência de queda. Como fatores importantes que contribuíram para a queda estão a redução da inflação em 2016 e respectiva tendência de queda em 2017 e também a redução dos juros SELIC no período janeiro-abril/2017. O cenário que prevaleceu nas eleições de 2014 e o quadro crítico na política e na economia vivenciadas desde 2015, associadas à má gestão pública, produziram incertezas que explicam a elevação do risco-país no 1.º semestre de 2016. Sem dúvida, na sequência da operação lava-jato e de um novo cenário muito associado ao início das correções sobre a corrupção e propinas, pode-se esperar que o novo risco-país passe a refletir uma nova e desejada realidade.

O risco-país mostra o grau de confiança dos investidores em relação à capacidade de pagamento das dívidas de um país. Quanto menor a possibilidade de honrar suas dívidas ou menor o grau de segurança proporcionado aos investidores, maior o risco e a possibilidade de não honrar débitos, tendo que pagar juros maiores aos adquirentes de seus títulos.

Por outro lado, quanto maior o índice do risco-país, maior a instabilidade econômica dos países. O maior valor de risco-país do Brasil foi 2.436 pontos em setembro/2002, próximo das eleições presidenciais; o menor foi 136 pontos em janeiro/2013. É um indicador de características mais conjunturais que estruturais, vinculado às circunstâncias/ variáveis do momento da mensuração.

TABELA 18 – RISCO PAÍS

Período	Risco País (*) (pontos)	Variação (%)
2009	306	8,89
2010	204	-33,33
2011	193	-10,29
2012	189	3,51
2013	207	9,41
2014	230	11,11
2015	336	46,27
2016	392	16,55
Fev	513	-3,57
Mar	489	-4,68
Abr	404	-17,38
Mai	382	-5,45
Jun	401	4,97
Jul	347	-13,47
Ago	336	-3,17
Set	315	-6,25
Out	315	0,00
Nov	323	2,54
Dez	348	7,74
2017	--	--
Jan	328	-5,75
Fev	285	-13,11
Mar	275	-3,51
Abr	270	-1,82
Mai	260	-3,70



(*) Os valores mensais referem-se ao primeiro dia útil do mês.
Fonte: www.ipeadata.gov.br (Consulta em 29/05/2017)

8. VARIAÇÃO DO DÓLAR

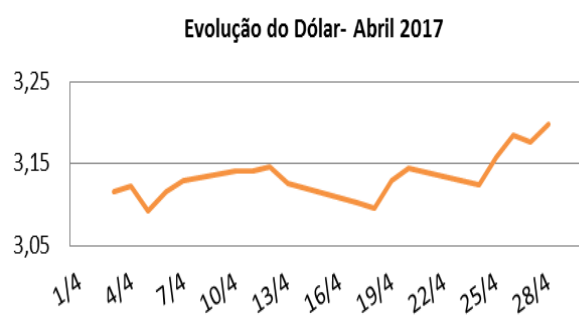
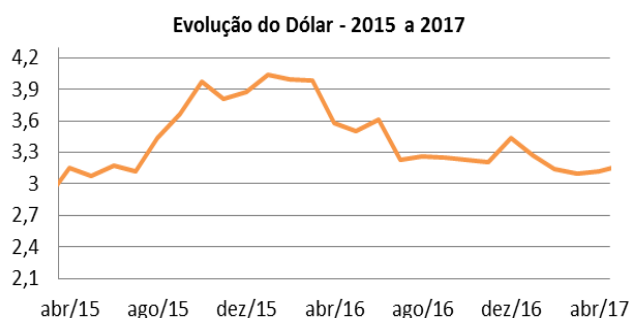
A cotação do dólar em maio foi R\$ 3,1718. Desde agosto de 2012, o dólar teve uma gradativa valorização, até maio de 2015. Inicialmente se supunha viesse contribuir para elevar exportações. Nos anos de 2013 e 2014, o comércio exterior brasileiro teve quedas significativas quando comparados com o saldo da balança comercial do período 2007-2012. A partir de setembro de 2015 até maio de 2016, a cotação cambial se elevou mais rapidamente, o que ajudou a melhorar a balança comercial, mais por conta da queda nas importações. A partir do 2.º trimestre, as exportações se elevaram com o benefício do câmbio favorável aos importadores do exterior. O que se verifica neste momento é uma entrada grande de dólares no mercado cambial brasileiro, que possibilita uma tênue valorização do Real.

A melhora na economia americana foi a grande motivação para a valorização cambial entre abril de 2015 e junho de 2016, estimulado ainda por outras alterações no exterior (melhora em economias desenvolvidas). Mas ao Brasil cabe culpa quando se avalia repercussões recentes dos desvios éticos e políticos e acúmulo de novas denúncias.

A cotação atual do US\$ ainda favorece exportações. Todavia, um fato adicional a ser materializado é a elevação da participação de produtos exportados pelo Brasil que sejam possuidores de maior intensidade tecnológica. O acréscimo das importações brasileiras de petróleo compromete a balança comercial. O dólar valorizado pressiona preços internos, mas o que se verifica atualmente é queda nas importações devido a grande desvalorização do R\$-real. O Brasil já chegou a ter 25% aproximadamente de importados no conjunto da demanda interna.

A atual cotação do dólar produz efeitos sobre o turismo; viagens e gastos de brasileiros no exterior caíram bastante. Os custos da estadia no Brasil para turistas do exterior se reduziram: o Brasil tornou-se um país *mais barato* para os visitantes do resto do mundo.

TABELA 19 – VARIAÇÃO DO DÓLAR (*)						
Período	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Jan	1,8676	2,0415	2,3969	2,6923	4,0380	3,2723
Fev	1,7370	1,9838	2,4084	2,6888	3,9979	3,1473
Mar	1,7146	1,9843	2,3234	2,8649	3,9907	3,0897
Abr	1,8308	2,0180	2,2614	3,1549	3,5793	3,1161
Mai	1,9143	2,0089	2,2215	3,0748	3,4985	3,1718
Jun	2,0344	2,1349	2,2634	3,1783	3,6120	
Jul	1,9887	2,2292	2,2048	3,1185	3,2292	
Ago	2,0426	2,2908	2,2600	3,4419	3,2656	
Set	2,0329	2,3637	2,2515	3,6719	3,2466	
Out	2,0254	2,2118	2,4617	3,9788	3,2332	
Nov	2,0306	2,2462	2,4833	3,8120	3,2047	
Dez	2,1115	2,3443	2,5618	3,8739	3,4356	



II. ATIVIDADE EMPRESARIAL

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

9.1. DESEMPENHO EM MARÇO DE 2017

1. INTRODUÇÃO

O mês de março de 2017 assinalou crescimento das vendas do varejo no Paraná em relação ao mês anterior, fevereiro. Os outros dois indicadores comparativos pesquisados apresentaram queda nas vendas do acumulado no ano e também queda em comparação com as vendas no mesmo mês do ano anterior. As vendas de março comparadas a fevereiro cresceram em todas as cidades-polo da pesquisa; no Paraná, houve crescimento de 15,49%. O resultado foi o inverso na comparação das vendas de março com o mesmo mês do ano anterior: à exceção de Ponta Grossa e Sudoeste, todos os demais polos apresentaram queda; no Paraná as vendas caíram 2,39%. Os percentuais negativos foram mais expressivos em relação ao acumulado do ano: todos os polos pesquisados apresentaram retração nas vendas em 2017 comparados a 2016; no Paraná houve queda de 3,09%.

O primeiro trimestre do ano é o período no qual tradicionalmente ocorrem desempenhos mais contidos na indústria e no comércio, seja por alterações nas formas e nos padrões de gastos dos consumidores: redirecionamento do perfil de despesas para gastos típicos de início de ano, em relação aos quais já estão previamente conscientizados: matrícula e material escolar, mensalidades voltada à educação, tributos com novas alíquotas que surgem no ano novo, como IPTU, IPVA e ISS e ainda por constituir um período tradicional de viagens e deslocamentos de famílias, que redirecionam para outros centros urbanos ou turísticos parcela significativa de seus gastos no período.

Ademais, a partir das ocorrências do 1.º trimestre, os agentes do sistema de produção fazem as avaliações e previsões sobre as perspectivas de desempenho no decorrer do ano, considerando não só os indicadores econômicos de conjuntura, mas também as sinalizações complementares do contexto político, social e do exterior.

Prevalece ainda uma característica muito particular em relação às despesas dos consumidores: grande percentual das vendas são feitas via comércio eletrônico, o *e-commerce*, o qual não é ainda mensurado pelas pesquisas tradicionais. Isto significa que, de fato, as vendas do varejo são maiores que as mencionadas nas pesquisas tradicionais.

Dias úteis de abertura e funcionamento do comércio			
2017	Março: 25,5 (*)	Fevereiro: 22	Janeiro: 26
2016	Março: 26	Fevereiro: 22	Janeiro: 25

(*): Março/2017: dias 1.º quarta-feira de cinzas após o carnaval, considerou-se como metade do dia útil.

4. NÚMEROS

Uma síntese das vendas de Fevereiro consta a seguir.

TABELA 20 A – VARIÇÃO DAS VENDAS EM FEVEREIRO DE 2017

Varição das Vendas: FEVEREIRO 2017 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	-12,26	-12,24	-5,64	-9,34	-3,98	-11,63	-10,92
2. Mesmo mês ano anterior	-4,66	-5,10	-10,68	-16,90	-6,56	-5,30	-7,41
3. Acumuladas no ano	-1,15	-2,04	-7,43	-12,39	-6,44	-3,35	-3,95

Uma síntese das vendas de Março consta a seguir.

TABELA 20 B – VARIÇÃO DAS VENDAS EM MARÇO DE 2017

Varição das Vendas: MARÇO 2017 em relação a	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
1. Mês anterior	15,30	13,62	11,85	21,95	15,12	27,86	15,49
2. Mesmo mês ano anterior	-1,09	-2,41	-8,98	-1,99	0,22	5,41	-2,39
3. Acumuladas no ano	-0,82	-1,47	-7,99	-8,82	-4,14	-0,13	-3,09

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

3. DESTAQUES NO PARANÁ EM MARÇO DE 2017:

3.1 Maiores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2016 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mar 2017) (%)	
1. Móveis, dec. e útil. dom.	36,87	1. Móveis, dec. e útil. dom.	51,20	1. Móveis dec. e util. dom.	32,90
2. Concessionárias de veículos	28,89	2. Calçados	15,27	2. Calçados	10,52
3. Óticas e cine-foto-som	22,93	3. Óticas e cine-foto-som	13,57	3. Óticas e Cine-foto-som	-0,33
4. Calçados	19,78	4. Farmácias e drogarias	-1,59	4. Super e hipermercados	-1,35
5. Farmácias e Drogarias	19,43	5. Vestuário e tecidos	-2,16	5. Farmácias e Drogarias	-2,56

3.2 Menores crescimentos percentuais de vendas (faturamento) no Paraná:

Sobre Mês Anterior (%)		Sobre mesmo mês de 2016 (%)		Acumulado Do Ano (Jan-Mar 2017) (%)	
1. Liv. e papelerias	-11,74	1. Combustíveis	-14,09	1. Liv. e papeleria	-14,12
2. Combustíveis	4,43	2. Lojas de departamentos	-11,80	2. Combustíveis	-13,57
3. Super e hipermercados	8,73	3. Liv. e papelerias	-10,59	3. Auto peças	-10,67
4. Lojas de departamentos	12,20	4. Auto peças	-10,04	4. Lojas de departamentos	-9,12
5. Mat. de construção	12,36	5. Concessionárias de veículos	-7,13	5. Mat. de Construção	-6,02

3.3 Polos pesquisados e Ramos de maior e menor crescimento em 2016(acumulado Jan-Mar-2017)

Ramos de:	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
Maior crescimento	Móveis dec. e útil. dom. 49,89	Calçados 23,12	Móveis dec. e útil. dom. 6,77	Óticas e Cine-foto-som 10,49	Mat. de Construção 40,61	Calçados 43,13
Menor crescimento	Combustíveis -22,18	Auto Peças -12,37	Auto Peças -26,46	Concessionárias de veículos -21,42	Calçados -37,89	Móveis dec. e útil. dom. -13,76

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ

4. O DESEMPENHO DO VAREJO DO PARANÁ EM 2017

As vendas de março foram maiores que as de fevereiro, em parte devido ao calendário e ao número de dias úteis, maior em março. Um ramo do varejo com bom desempenho foi “móveis, decorações e utilidades domésticas”: nesse sentido, deve ser destacada a participação de móveis importados da China, com preços muito competitivos em relação aos nacionais, tema que foi abordado recentemente em Arapongas-PR, cidade conhecida como principal polo produtor de móveis do Estado. (“Gazeta do Povo”, 24/03/2014: “Móveis Chineses invadem o Brasil”). A cidade de Arapongas, um dos maiores polos produtores de móveis do Brasil, tem a estrutura de produção muito associado à vantagem dos “arranjos produtivos locais”. Os preços dos móveis chineses, muito competitivos, agem como estimuladores da demanda e agilizadores do consumo, mas também atuam como fatores restritivos às vendas de produtos nacionais.

Os super e hipermercados (mais os *atacarejos*) tem vendas concentradas em alimentos (industrializados, horti-frúti-granjeiros, bebidas e padaria) e produtos de higiene e limpeza. São produtos básicos, importantes e necessários aos consumidores. A localização das lojas em diferentes pontos dos núcleos urbanos levam as mesmas a adequarem suas ofertas aos diferentes padrões de renda dos consumidores de cada micro-região urbana.

5. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO COMÉRCIO

A queda da inflação e a contenção da taxa de juros Selic(*) pelo Comitê de Política Monetária-COPOM e Banco Central-BC, deverão permanecer, indicando a superação da fase de taxas elevadas. Representa, igualmente, abertura de espaço para, em especial, a partir do 2.º semestre, criação líquida de empregos, elevação da massa de salários na economia, ampliação do consumo das famílias, e início de crescimento do comércio.

Há necessidade de superação na economia brasileira de uma série de limitações, típicas de um contexto recessivo. Dentre estas, podem ser destacadas: a) PIB negativo por dois anos (2015 e 2016, quase 8,0%); b) taxa de desocupação elevada no trimestre janeiro-março: 13,7%; c) queda da massa de salários e poder de compra do trabalhador; d) queda significativa dos gastos do governo e adiamento do pagamento da remuneração de funcionários públicos em diversos Estados da federação; e) de fevereiro para março/2017 houve aumento da demanda de crédito pelos consumidores (conforme Serasa Experian): 112,2 para 135,4. Esse aumento pode indicar esgotamento da capacidade de endividamento, maior dependência do consumidor dos financiamentos, menores renda e poder de compra, dificuldade em regularizar dívidas, incertezas no mercado de trabalho e receio do desemprego.

Ocorreram, todavia, um painel de melhorias significativas na economia em janeiro-março/2017, que influenciaram indicadores importantes: a) Comércio Exterior; b) Reservas Cambiais; c) Investimento Estrangeiro Direto-IED; d) Dívida Externa. O espaço a ser percorrido é extenso, até a consolidação das melhorias e objetivos ainda não viabilizados.

O setor agrícola e o agronegócio, em um ano de safras recordes, enfrentam, conforme diversas fontes, queda de preços de bens agrícolas no mercado internacional como: soja e milho. O aumento da produção, com queda de preço, poderá conter poder de compra e capacidade de consumo do agro negócio, e afetar o comércio e afetar vendas de máquinas agrícolas.

A redução dos desequilíbrios ainda prevalentes na economia brasileira, se demonstram mais viáveis a partir do 2.º semestre de 2017. Mas o cenário atual abre perspectivas para acreditar que a fase mais crítica da recessão está sendo superada, permitindo para 2018, mantidas as condições atuais, que a economia do país possa usufruir de nova realidade, reverter o perfil recessivo e iniciar um processo de crescimento, com impactos positivos nos Estados.

9. COMÉRCIO VAREJISTA NO PARANÁ**TABELA 21 – VENDAS EM MARÇO DE 2017 COMPARADAS AO MÊS ANTERIOR (FEVEREIRO DE 2017)**

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	26,03	23,32	29,36	53,79	21,73	44,17
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	39,52	23,73	-6,33	48,40	15,82	26,19
3. Autopeças e Acessórios	31,36	8,21	21,94	20,98	40,91	25,95
4. Materiais de Construção	-20,16	21,90	26,01	29,97	79,78	24,27
5. Lojas de Departamentos	11,81	16,65	12,81	6,21	18,17	24,60
6. Supermercados	8,20	8,47	11,77	9,09	6,96	10,23

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 22 – VENDAS EM MARÇO DE 2017 COMPARADAS AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR (MARÇO DE 2016)

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-6,38	-10,30	-2,11	-9,38	-6,55	9,28
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	74,72	13,04	-6,64	5,15	1,26	-22,58
3. Autopeças e Acessórios	-10,70	-11,37	-25,71	4,80	12,27	5,60
4. Materiais de Construção	-29,21	-1,55	0,70	4,34	98,02	-5,86
5. Lojas de Departamentos	-17,08	4,62	-27,10	-16,04	-2,67	5,14
6. Supermercados	-2,64	-4,78	-7,08	6,17	-6,04	2,96

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 23 – VENDAS ACUMULADAS NO ANO DE 2017 (Jan-Mar) COMPARADAS A (Jan-Mar) DE 2016

Ramos de Atividade Mais Representativos do Comércio	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)
1. Concessionárias de Veículos	-4,77	5,59	-1,51	-21,42	-11,10	-0,58
2. Móveis, Decorações e Utilidades Domésticas	49,89	14,95	6,77	-13,16	-11,83	-13,76
3. Autopeças e Acessórios	-6,72	-12,37	-26,46	-4,92	5,30	1,44
4. Materiais de Construção	-11,18	-3,39	-4,21	-7,36	40,61	-4,51
5. Lojas de Departamentos	-12,50	-3,86	-10,25	-9,20	1,53	-7,00
6. Supermercados	-1,63	-5,94	-3,02	5,18	-6,13	2,44

Fonte: Pesquisa do Comércio Varejista da Fecomércio-Pr

TABELA 24 – VENDAS NOS PÓLOS DE COMÉRCIO PESQUISADOS PELA FECOMÉRCIO-PR (Variação em Relação ao Mês Anterior)

Período	RM de Curitiba (%)	Londrina (%)	Maringá (%)	Região Oeste (%)	Ponta Grossa (%)	Sudoeste (%)	PARANÁ (%)
Out	5,13	-5,62	3,29	5,01	5,81	22,46	2,46
Nov	0,65	-6,77	-0,92	-3,92	-3,57	-17,34	-2,27
Dez	18,42	16,92	28,10	17,34	26,62	23,64	19,36
2016	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-23,57	-8,78	-28,07	-12,97	-17,27	-18,02	-19,21
Fev	-6,10	-3,33	0,75	0,01	-3,31	-8,13	-3,68
Mar	11,17	9,77	9,47	2,80	6,90	14,83	9,31
Abr	-5,69	-2,45	-3,59	-7,77	-3,80	-10,10	-4,85
Mai	1,78	6,49	-1,17	-2,38	-2,63	-4,55	1,96
Jun	-0,69	-4,65	-2,41	13,58	-0,88	5,62	-0,12
Jul	1,04	-5,67	2,55	-5,53	3,22	8,27	-1,39
Ago	-3,09	6,36	0,36	1,02	3,21	10,20	0,45
Set	-2,92	-6,42	-9,47	-6,55	-3,44	-18,88	-5,37
Out	6,43	-0,08	5,07	-0,93	2,66	13,36	3,48
Nov	9,69	-0,92	3,09	4,16	-0,09	-10,55	4,93
Dez	10,58	18,25	24,76	14,75	22,20	33,01	15,21
2017	--	--	--	--	--	--	--
Jan	-16,70	-11,81	-25,96	-20,42	-19,54	-20,63	-17,28
Fev	-12,26	-12,24	-5,64	-9,34	-3,98	-11,63	-10,92
Mar	15,30	13,62	11,85	21,95	15,12	27,86	15,49

(Variação Acumulada no Ano %)

Jan - Mar/17 Sobre Jan -Mar/16	-0,82	-1,47	-7,99	-8,82	-4,14	-0,13	-3,09
--------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: Pesquisa Conjuntural do Comercio da Fecomércio-PR (Consulta em 10/05/2017)

10. ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ ()**

Considerando o período iniciado em 2007, o ano o que apresentou o menor número de empresas abertas no Paraná foi 2014, desempenho baixo que demonstra a contenção da atividade econômica no Estado, como reflexo do quadro restritivo no Brasil, decorrente de um somatório de mudanças conjunturais e limitações surgidas que se intensificaram em 2014. Para 2015, a tendência é, de acordo com os dados disponíveis até maio, um número menor de empresas abertas no Estado, num ambiente de agravamento da crise econômica, com componentes políticos também negativos.

No período 2008-2013, motivado por fatores de estímulo ao empreendedorismo mais os incentivos e facilidades para as franquias, houve uma abertura de empresas significativa no Paraná. Muitas surgiram na sequência da valorização e importância do empreendedorismo, e o acesso às informações sobre o tema. Por trás disso, como pano de fundo, se destacava nos anos citados um mercado crescente, especialmente no ramo de alimentos e franquias.

Nos meses de dezembro, o número de empresas abertas tem sido o menor em cada ano. É uma característica do período, fase em que as programações dos empresários visam mais o ano novo. No final do ano, surgem indicativos das intenções do governo para o ano seguinte e possíveis alterações nas políticas econômicas. Dentre as empresas abertas, predominam micros e pequenas.

Por outro lado, verifica-se atualmente, no contexto de crise econômica interna, um crescimento do número de lojas que estão sendo fechadas, devido dificuldades econômicas.

Os fatores de estímulo ao surgimento de novas empresas atualmente no comércio paranaense enfrentam mecanismos restritivos para conter a inflação: juros maiores; valorização do dólar; PIB em queda; acúmulo de estoques em vários ramos da indústria de transformação; menores vendas do comércio que é a derradeira etapa da cadeia produtiva. O ano de 2015 começa com a extinção instrumentos de aquecimento: IPI para automóveis; linhas de financiamento; maior *spread bancário*; redução de obras públicas.

TABELA 25 – ABERTURA DE EMPRESAS NO PARANÁ
(Conforme Natureza Jurídica)

Período	Empresário (1)	EIRELI (2)	Soc. Empresária (3)	S/A	Cooperativa	Outros	TOTAL
2006	16.569	0	26.459	840	148	42	44.058
2007	17.888	0	29.033	610	150	35	47.716
2008	18.904	0	33.002	956	170	55	53.087
2009	21.672	0	33.327	776	202	46	56.023
2010	20.843	0	32.988	752	280	91	54.954
2011	21.927	0	33.074	1.049	195	80	56.325
2012	19.348	2.392	28.774	901	186	142	51.743
2013	19.109	3.864	28.431	758	186	79	52.436
2014	16.056	4.836	23.901	653	195	69	45.721
Abr	1.307	367	2.007	59	16	7	3.764
Mai	1.517	411	2.138	52	21	8	4.135
Jun	1.353	385	1.968	60	12	6	3.791
Jul	1.472	484	2.231	53	18	5	4.259
Ago	1.432	360	2.068	65	31	8	3.953
Set	1.410	499	2.077	73	12	6	4.087
Out	1.361	487	2.085	59	20	7	4.013
Nov	1.200	413	1.760	44	24	3	3.436
Dez	826	342	1.453	43	15	0	2.689
2015*	6.527	2.058	8.743	350	79	19	17.779
Jan	1.101	362	1.461	37	23	3	2.987
Fev	1.249	401	1.714	104	10	0	3.481
Mar	1.765	539	2.362	77	19	9	4.771
Abr	1.280	432	1.805	69	18	4	3.608
Mai	1.132	324	1.401	63	9	3	2.932

Fonte: www.jucepar.pr.gov.br – (Relatório estatístico – Novas empresas) (Consulta em 29/05/2017)

(1) Empresário corresponde a antiga firma individual (sem sócios)

(2) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

(3) Sociedade Empresária relaciona-se a um grupo empresarial.

(*) Soma dos valores de janeiro até maio de 2015

(**) Últimos dados disponíveis: maio de 2015.

11. FALÊNCIAS DECRETADAS NO BRASIL

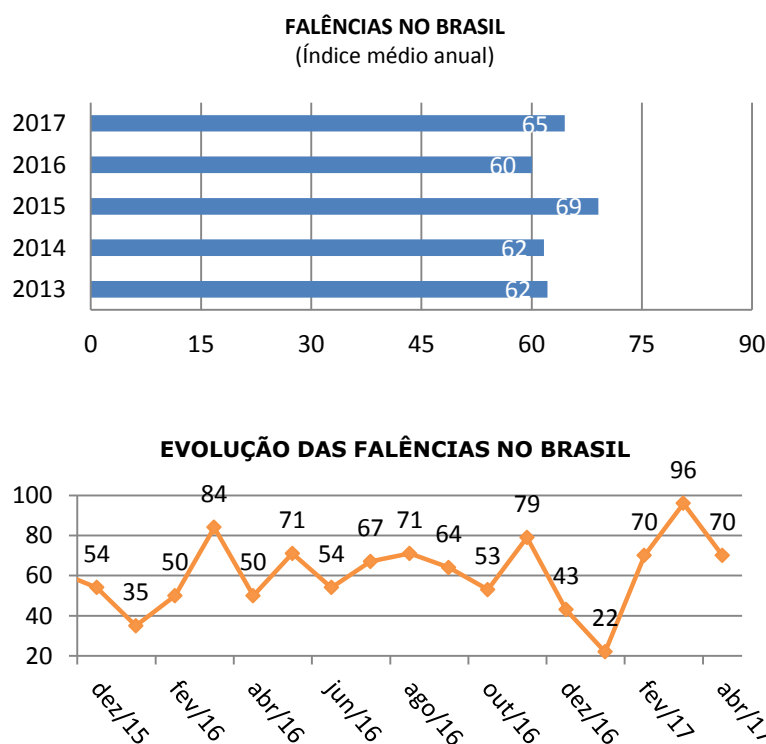
O índice de falências no Brasil em Abril/2017 caiu em relação a março para 70 pontos, maior que o do mesmo mês do ano anterior. Indica que o desempenho das empresas em relação a este indicador, no contexto recessivo atual está vinculado e dependente de um conjunto de variáveis não só econômicas (quadro recessivo), mas também políticas e éticas do ambiente nacional.

O índice de falências decretadas reflete características e heterogeneidades regionais ou setoriais que influenciam os agentes econômicos. É indicativo importante sobre o sucesso ou não das políticas econômicas, e pode apontar para a conveniência de mudanças e adequação às diversidades do espaço geoeconômico brasileiro. Há que se considerar também que o comércio vem adotando em 2016 precauções e procedimentos mais seletivos no processo de vendas, visando reduzir inadimplências.

As políticas econômicas de incentivo ao consumo até 2014 contribuíram para endividar mais o consumidor, esgotando seu poder de compra e comprometendo sua capacidade de pagamento. Cabe considerar a possibilidade de má gestão dos negócios pelas empresas: 2014 já havia sido muito difícil, e a habilidade dos empresários na condução dos respectivos negócios foi requerida ao máximo. Mas é inegável que 2015 teve limitações maiores ao sistema produtivo, se comparado a fatos anteriores desde 2010.

O atual cenário político, pós *impeachment*, abre perspectivas para início de melhoria do ambiente econômico. Os juros elevados e a inflação restringem a demanda, mas podem melhorar. O consumo privado teve outra limitação: crescimento da população desempregada. O desempenho da indústria de transformação restringiu o PIB do País.

TABELA 26 – FALÊNCIAS NO BRASIL	
Período	Índice
2009	76
2010	61
2011	53
2012	57
2013	62
2014	62
2015	69
2016	60
Abr	50
Mai	71
Jun	54
Jul	67
Ago	71
Set	64
Out	53
Nov	79
Dez	43
2017	--
Jan	22
Fev	70
Mar	96
Abr	70



12. CRÉDITO: DEMANDA E INADIMPLÊNCIA**12.1. Demanda de Crédito**

Em abril de 2017 esse indicador caiu para 115,0 pontos. Um **aumento na demanda de crédito** pode indicar esgotamento da capacidade de endividamento, maior dependência do consumidor de financiamentos, menores renda e poder de compra, dificuldade em regularizar empréstimos, incertezas do mercado de trabalho e receio do desemprego, além de expectativas negativas em relação ao futuro da economia. Por outro lado, a **queda na demanda de crédito** pode indicar superação de dificuldades pelo consumidor que possibilitam a ele não recorrer a créditos no mercado. Ou então sinaliza intenção do consumidor de não recorrer às compras financiadas, ou priorizar regulação de dívidas anteriores, ou ainda o comprometimento da renda do consumidor é superior à sua capacidade de pagamento. Poderá também ser considerado como conscientização do consumidor quanto a respectiva capacidade de consumo de itens não essenciais: ele se limita tão somente a itens básicos como alimentos, remédios e higiene. Nesse contexto, pode ocorrer ainda a deterioração do ambiente político e ético no País e o predomínio de uma recessão econômica.

O desemprego crescente, conforme o IBGE, poderá requerer linhas adicionais de crédito ou renegociações de dívidas.

TABELA 27 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO (MÉDIA DE 2008 = 100)

Ano: 2016/2017	Região					Renda Pessoal Mensal						Total
	CO	N	NE	S	SE	até R\$ 500	R\$ 500 a R\$ 1.000	R\$ 1.000 a R\$ 2.000	R\$ 2.000 a R\$ 5.000	R\$ 5.000 a R\$ 10.000	mais de R\$ 10.000	
Mai/16	134,4	136,6	138,9	120,5	124,1	143,4	128,1	124,9	122,5	124,4	125,5	127,3
Jun/16	134,1	138,8	140,9	126,4	126,5	145,7	130,2	127,9	126,1	128,8	129,3	130,0
Jul/16	130,1	134,9	133,0	120,1	118,8	135,9	123,3	121,4	119,7	121,1	121,1	123,1
Ago/16	137,6	139,8	143,8	133,2	126,6	149,2	134,4	129,2	125,7	127,0	128,9	132,2
Set/16	129,2	131,2	137,0	124,8	124,7	144,0	129,5	124,6	120,9	122,4	124,7	127,4
Out/16	143,1	146,1	151,2	132,6	128,7	156,3	137,8	131,2	128,0	129,0	130,5	135,1
Nov/16	149,1	152,2	155,7	139,9	136,9	161,5	144,2	139,4	135,2	135,8	136,9	142,2
Dez/16	128,4	130,9	133,3	121,8	118,5	138,1	124,5	120,7	117,4	117,7	117,9	123,0
Jan/17	124,9	130,0	131,5	117,0	117,7	135,0	122,4	119,0	115,5	116,2	116,4	121,0
Fev/17	118,9	125,4	128,4	108,7	106,2	130,3	114,8	109,0	105,6	106,4	107,5	112,2
Mar/17	136,3	155,5	148,8	130,8	131,0	154,1	137,6	132,3	128,6	129,8	131,0	135,4
Abr/17	118,4	128,2	125,7	108,2	112,4	131,7	116,5	112,2	109,9	111,3	112,9	115,0

Fonte: www.serasa.com.br – (Índices Econômicos – Demanda do Consumidor por Crédito) (Consulta em 29/05/2017)

12.2. Inadimplência

Inadimplente é considerado o consumidor que atrasa o pagamento em mais de 90 dias. Os índices de inadimplência de 2015 cresceram bastante em relação aos números de 2014, este um ano em que o menor índice foi 143. O valor médio do índice a partir de dezembro-2014, acima de 168 pontos/mês prevalece em 2015, influenciado em grande parte pelo esgotamento do poder de compra, queda na renda do consumidor ou planejamento inadequado. Alguns fatos novos impedem ou adiam a regularização, especialmente no quadro recessivo vigente. A elevação da inadimplência indica esgotamento do poder de compra do consumidor, vinculado a financiamentos que comprometem sua capacidade de pagamento. Em 2015, o crescimento da inadimplência preocupa, pois compromete compras futuras dos consumidores e as vendas do comércio. Importante ao varejo é abrir possibilidade de renegociação de dívidas, com juros menores ou ampliação dos prazos para pagamento. Renegociar abre a perspectiva de continuação do consumidor no mercado. O indicador de cheques sem fundos/ cheques compensados (Tab. 28-A) busca suprir, em parte, a descontinuidade do indicador de inadimplência (Tab. 28).

TABELA 28 – INDICADOR SERASA EXPERIAN DE INADIMPLÊNCIA – PESSOA FÍSICA SEM AJUSTE SAZONAL - (MÉDIA DE 2009 = 100)

Ano: 2014/2015	PEFIN (1)	REFIN (2)	Protestos	CCF (3)	Geral
Ago/14	274,1	134,7	83,5	48,4	160,2
Set/14	265,5	135,8	97,5	48,7	158,9
Out/14	255,8	136,5	107,6	50,7	157,4
Nov/14	247,9	138,7	125,7	44,7	155,5
Dez/14	259,9	143,2	142,7	51,4	163,1
Jan/15	286,9	143,6	286,9	143,6	169,8
Fev/15	291,4	140,0	112,8	44,7	168,4
Mar/15	284,8	137,8	141,0	55,9	168,7
Abr/15	277,3	149,1	120,1	49,9	171,7
Mai/15	291,0	157,3	128,4	48,9	180,0
Jun/15	320,7	161,2	134,5	48,3	190,6
Jul/15	332,0	157,6	135,4	48,3	191,7
Ago/15	340,8	145,9	131,3	45,7	187,0

TABELA 28.A - INDICADOR DE CHEQUES SEM FUNDOS/CHEQUES COMPENSADOS %

Período	Índice
Abr/16	7,41
Mai/16	7,42
Jun/16	7,20
Jul/16	6,93
Ago/16	6,97
Set/16	7,01
Out/16	7,46
Nov/16	7,17
Dez/16	6,26
Jan/17	6,98
Fev/17	6,64
Mar/17	7,44

Tabela 28 - Fonte: www.serasa.com.br – (Índices

Econômicos – Inadimplência do Consumidor). (Consulta em 27/04/2017)

Tabela 28.A - www.bcb.gov.br (indicadores de conjuntura - indicadores econômicos - indicadores de inadimplência) (Consulta em 29/05/2017)

- (1) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto às financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras.
 (2) Fluxo mensal de anotações de dívidas em atraso junto aos bancos. (3) Fluxo mensal de cheques devolvidos por insuficiência de fundos (2ª. devolução)

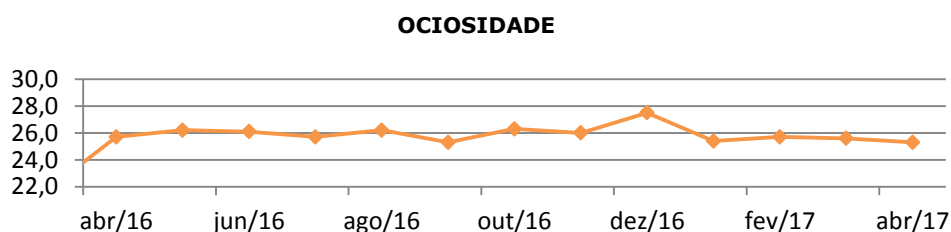
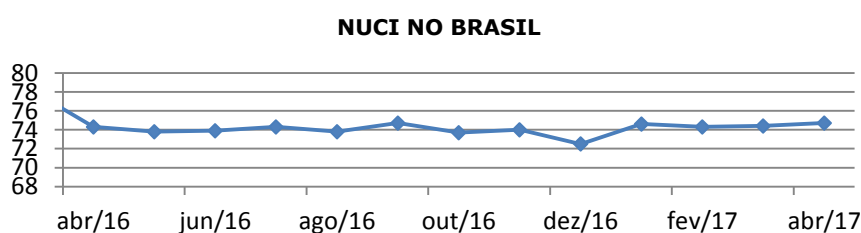
13. NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA INSTALADA-NUCI NA INDÚSTRIA

O NUCI de Abril de 2017: 74,7%, esteve próximo ao dos meses anteriores de 2017. Os dados disponíveis de 2016 indicam um NUCI para o ano de 74,6%, inferior ao de 2015. Dessa forma, em consequência, os números de 2016 indicam elevação da ociosidade da indústria em comparação com os números de 2015. A ociosidade de 2016 atingiu 25,4% e a ociosidade de 2015 foi 20,7%.

Os dados da CNI -Tabela 30 – indicam o NUCI de cada um dos 21 ramos da indústria de transformação, no período dezembro de 2016 a março de 2017.

TABELA 29 – Nível de Utilização da Capacidade Produtiva Instalada na Indústria (*)

Período	NUCI (%)	Ociosidade (%)
2011	84,0	16,0
2012	83,9	16,1
2013	84,3	15,7
2014	83,4	16,6
2015	79,3	20,7
2016	74,6	25,4
Abr	74,3	25,7
Mai	73,8	26,2
Jun	73,9	26,1
Jul	74,3	25,7
Ago	73,8	26,2
Set	74,7	25,3
Out	73,7	26,3
Nov	74,0	26,0
Dez	72,5	27,5
2017	--	--
Jan	74,6	25,4
Fev	74,3	25,7
Mar	74,4	25,6
Abr	74,7	25,3



Fonte: <http://portalibre.fgv.br> – (índice de sondagem da indústria) (Consulta 29/05/2017) (*) Cálculo anual com base na média mensal do período.

TABELA 30 – CNI Indicadores Industriais – Nível de Utilização da capacidade instalada NUCI% - Percentual médio- Brasil

	2017 - 2016				2016 - 2015			
	Mar	Fev	Jan	Dez	Mar	Fev	Jan	Dez
Indústria de transformação	77,1	76,7	77,6	76,7	77,7	77,9	77,8	77,4
1. Madeira	81,2	79,3	76,4	76,4	83,4	80,8	81,5	84,4
2. Têxteis	81,5	80,2	78,2	75,6	79,3	78,7	76,5	76,5
3. Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	77,3	55,8	75,9	77,6	79,7	55,4	75,8	80,7
3. Vestuário e acessórios	83,7	84,3	81,2	81,3	82,9	81,2	78,1	76,8
4. Couros e calçados	85,0	82,0	80,2	77,3	84,4	83,8	78,8	74,1
5. Borracha e material plástico	72,3	69,9	70,6	69,7	72,5	71,5	72,2	71,6
6. Químicos (Exceto Perfumaria, Sabões, Detergentes e Produtos de Limpeza e de Higiene Pessoal)	77,0	73,3	75,8	76,0	77,7	79,1	77,3	75,5
7. Minerais não metálicos	75,2	73,6	73,7	73,4	76,0	78,4	75,5	77,9
8. Celulose, papel e produtos de papel	88,6	87,2	87,5	86,9	87,9	86,6	86,8	86,9
9 Metalurgia	79,8	76,0	77,2	63,9	73,2	75,6	74,9	65,6
10. Farmoquímicos e farmacêuticos	76,6	75,5	70,9	67,5	82,6	86,5	85,2	84,4
11. Alimentícios	77,4	77,5	79,1	79,4	79,1	79,4	78,4	79,1
12. Impressão e reprodução de gravações	78,9	76,4	75,0	76,0	78,4	77,2	74,6	77,7
13. Produtos do fumo	41,6	10,8	5,6	7,2	37,6	14,6	7,4	7,4
14. Móveis	81,0	84,0	83,7	84,6	84,7	83,6	84,0	82,4
15. Veículos automotores, reboques e carrocerias	64,7	65,8	64,2	62,4	65,5	65,1	66,4	66,1
16. Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	79,9	79,8	79,9	79,0	81,8	82,4	82,5	77,0
17. Diversos	72,3	68,4	76,4	77,2	77,9	79,1	76,6	78,0
18. Bebidas	67,7	64,9	66,7	70,4	68,6	70,1	71,0	73,4
19. Metal (exceto máquinas e equipamentos)	73,3	71,0	73,3	70,9	74,9	72,6	72,3	72,7
20. Outros equipamentos de transporte	89,7	89,3	88,1	87,0	88,7	88,0	88,2	82,7
21. Máquinas e equipamentos	70,9	71,6	70,1	70,4	71,8	71,8	71,1	71,3

Fonte: <http://www6.sistemaindustria.org.br> (Consulta em 29/05/2017) *Dados sujeitos a alterações.

III. SETOR PÚBLICO

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

14. ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL

A receita do governo federal em abril de 2017, deflacionada, superou cada um dos dois meses anteriores e ao mesmo mês do ano anterior. O ano de 2017, indica nesse momento, possibilidade de crescimento na receita, devido aos indicadores atuais de melhoria na economia, como queda da inflação e redução dos juros SELIC. A receita do governo federal em 2016 manteve o comportamento vinculado ao quadro recessivo na economia brasileira e à redução de desempenho desde 2015. Nesse ambiente predominaram: contenção no PIB (2015 e 2016), maior desemprego, restrições ao setor industrial, queda nas vendas do comércio e contenção do poder de compra do consumidor. Contribuíram bastante para a contenção: redução das vendas dos ramos industriais: automotivo, linha branca, móveis e mobiliário e restrições sobre a indústria da construção civil. Outros fatores conjunturais ou circunstanciais imediatos também explicam a queda da arrecadação, vinculada ao desaquecimento da economia. Um novo cenário na arrecadação dependeria das políticas econômicas corretivas, mas que não poderiam gerar efeitos imediatos. A contribuir para as limitações estão a recessão econômica e o cenário político evitado de vícios, que restringiu a elevação dos investimentos.

Fatos sazonais influenciam tradicionalmente a evolução do processo de arrecadação do governo: no último trimestre do ano há expansão na receita, associada ao aquecimento de vendas; em janeiro, tradicionalmente, ocorre a maior arrecadação federal, devido o recolhimento referente a dezembro, mês de maiores vendas; fevereiro e março tem receitas menores.

Produtos de alta e média tecnologia, de elevado valor agregado e grandes geradores de impostos, mas reduzida participação na produção brasileira, tem pequena parcela na receita.

A arrecadação sobre pessoas físicas e jurídicas se dá nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal na forma de: a) impostos; b) taxas; c) contribuições; d) transferências; e) aluguéis; f) previdência social ⁽¹⁾; g) outras receitas: multas, vendas de imóveis públicos, etc. Destina-se a custear políticas públicas, além da "máquina" pública e pagamento da dívida pública.

TABELA 31 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (2) (Em R\$ Milhões)

Período	Valor a Preços Correntes	Valor a Preços de Abr/2017 (IPCA)	Variação %
2011	969.892	1.239.299	27,78
2012	1.029.260	1.248.030	21,26
2013	1.138.326	1.299.576	14,17
2014	1.187.943	1.275.732	7,39
2015	1.221.546	1.307.732	7,06
2016	1.289.904	1.326.836	2,86
Fev	87.851	92.391	5,17
Mar	95.779	100.297	4,72
Abr	110.895	115.423	4,08
Mai	95.219	98.339	3,28
Jun	98.129	100.991	2,92
Jul	107.416	109.977	2,38
Ago	91.808	93.585	1,94
Set	94.770	96.527	1,85
Out	148.801	151.167	1,59
Nov	102.245	103.685	1,41
Dez	127.607	129.016	1,10
2017	446.791	448.281	0,33
Jan	137.392	138.383	0,72
Fev	92.358	92.719	0,39
Mar	98.994	99.133	0,14
Abr	118.047	118.047	0,00

TABELA 31.1 – ARRECADAÇÃO FEDERAL SEGMENTADA POR TIPO DE TRIBUTO (a preços de Abr/17 – IPCA) (Abr/2017 (R\$ milhões))

Imposto sobre importação	2.259
IPI Total	4.041
IR Total	38.054
IR Pessoa Física	8.430
IR Pessoa Jurídica	12.183
IR Retido na Fonte	17.441
IOF	3.347
COFINS	17.240
PIS / PASEP	4.632
CSLL	6.684
Cide – Combustíveis	507
Outras Receitas	1.787
Receita Previdenciária	31.364
Receita Administrada por Outros Órgãos	5.578
TOTAL DAS RECEITAS	118.047

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br (Consulta em 29/05/2017)

TABELA 32 – PARTICIPAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA NO PIB – 2011 a 2014 (Em R\$ bilhões)

Componentes	2011	2012	2013	2014	2015
Produto Interno Bruto	4.140,00	4.392,09	5.316,46	5.521,26	5.904,33
Arrecadação Tributária Bruta	1.463,00	1.574,59	1.793,77	1.789,99	1.928,35
Carga Tributária Bruta	35,31%	35,85%	33,74%	32,42%	32,66%

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br – (Carga Tributária no Brasil 2015) (Consulta em 31/10/2016)

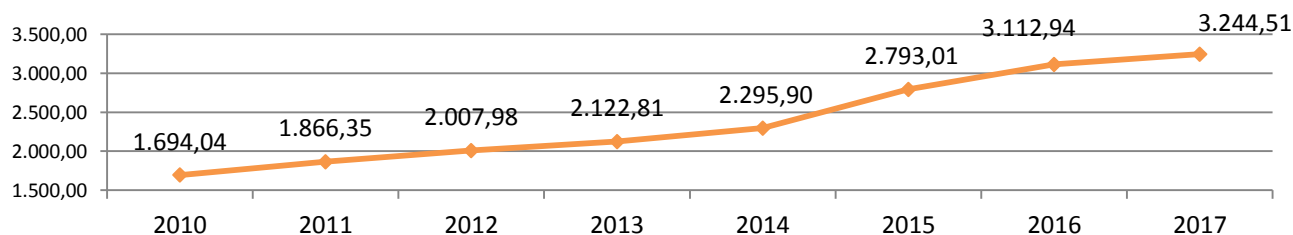
(1) Contribuições à Previdência Social – CPS: É grande fonte de receita do Governo, raramente usada para financiar programas. Motivo: é considerada como contribuição para posterior devolução. É uma arrecadação do governo, com finalidade de custear aposentadorias dos que pagaram pela Previdência. Constitui, portanto, uma receita previamente comprometida. Em condições normais, a possibilidade de utilização da receita previdenciária para custear despesas diferentes da Previdência é, praticamente, zero. Em condições excepcionais, no entanto, o governo pode recorrer à receita da Previdência para custear despesas urgentes ou casos de calamidade pública, com a posterior reposição, para não prejudicar o cidadão beneficiário da previdência social. Arrecadação: refere-se à Receita Administrada pela RFB (impostos e contribuições) mais as Demais Receitas (taxas e contribuições controladas por outros órgãos)

15. Dívida Pública Federal Interna e Externa - DPFI

Em abril de 2017, a dívida pública atingiu R\$ 3,244,51 trilhões. Desde setembro de 2016, quando superou o patamar de R\$ 3 trilhões, a dívida pública federal se mantém acima desse valor. Dentre os componentes principais da dívida, podem ser mencionados: juros SELIC elevados, queda do PIB (que compromete a arrecadação) e dificuldades ético-políticas internas que limitaram a receita pública. A manutenção da velocidade de crescimento da dívida até dezembro de 2016, poderá ser contida com a adoção recente de alterações na política de juros Selic pelo Banco Central, mais evidenciada a partir de 2017. As previsões para o final de 2017 é de juros Selic na casa de um dígito, abaixo dos níveis atuais. A gestão da dívida mostra maior velocidade de crescimento após 2010. Ou seja, as providências até 2009, mais rígidas e com maior poder de controle, foram mais eficientes; no entanto, após 2010, os gastos crescentes num ambiente de ampliação de subsídios, incentivos fiscais-tributários e queda na arrecadação, permitiram a explosão de 21,65% da dívida em 2015 (sobre 2014), indicativo de descontrole comparado a percentuais anteriores. Importante é identificação seletiva de componentes da dívida, na relação: objetivos buscados e viabilizados X obtidos.

A maior parte da dívida vence a médio e longo prazo. Além disso, governo e credores podem renegociar quanto ao débito, mudando juros, prazos ou outras formas. Considerando que a dívida pública remunera com juros SELIC, quando o Banco Central aumenta a taxa, a dívida irá crescer refletindo o acréscimo; se a SELIC cai, verifica-se menor velocidade de expansão da dívida. O crescimento da dívida em 2010-2014 superou o período 2007-2009.

TABELA 33 – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA E EXTERNA		
Período	Dívida Pública (R\$ Bilhões) ⁽¹⁾	Variação (%)
2009	1.497,39	7,16
2010	1.694,04	13,13
2011	1.866,35	10,17
2012	2.007,98	7,59
2013	2.122,81	5,72
2014	2.295,90	8,15
2015	2.793,01	21,65
2016	3.112,94	11,46
Abr	2.799,79	-3,01
Mai	2.878,87	2,82
Jun	2.958,64	2,77
Jul	2.956,51	-0,07
Ago	2.955,19	-0,04
Set	3.046,91	3,10
Out	3.032,89	-0,46
Nov	3.092,66	1,97
Dez	3.112,94	0,66
2017	--	--
Jan	3.053,35	-1,91
Fev	3.134,67	2,66
Mar	3.234,14	3,17
Abr	3.244,51	0,32

Evolução da Dívida Pública Federal

16. SUPERÁVIT PRIMÁRIO

O quadrimestre janeiro-abril de 2017 mostra inexistência de superávit primário: as contas públicas do período apontaram déficit. Um valor que pode ser tomado como tradicional em termos de superávit primário é o de janeiro, com valores positivos, (por expressar o desempenho da economia em dezembro, mês mais aquecido de vendas do ano), enquanto que fevereiro mostram inversão de tendência, com valores negativos, devido características de desempenho da economia e o calendário. Os números de 2016, negativos, superaram 2015 e apontam continuidade de limitações em 2017. A recessão econômica interna, com possibilidade de superação apenas a partir do 2.º semestre de 2017, é importante para explicar inversão da tendência a curto prazo. Cabe destacar os efeitos negativos dos PIB's de 2015/16, quase 8,0%.

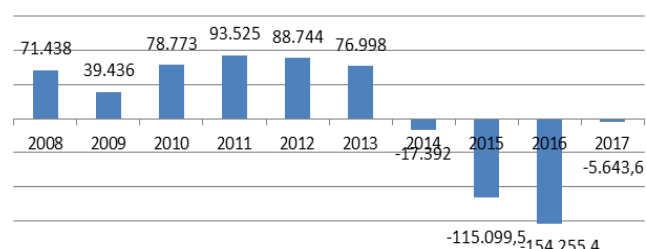
Um superávit primário nas contas públicas no mesmo exercício fiscal corresponde a receitas superiores às despesas, sem considerar gastos com juros. Significa poupança do governo destinada, principalmente, a pagar juros da dívida. A evolução do superávit é referência para investidores estrangeiros medirem a capacidade de um país pagar suas dívidas de forma contínua e regular. O aumento do superávit poderá depender, de forma diretamente proporcional, ou do tamanho do corte nos gastos ou da elevação da arrecadação em relação aos gastos. A receita maior (mantidas as alíquotas e sem novos tributos) reflete melhor o desempenho da economia.

Se o superávit primário tiver valor negativo, ou seja, déficit público, poderia indicar: a) menor arrecadação - seja por uma queda no desempenho da economia ou redução nas alíquotas tributárias, ou ainda pela concessão de incentivos fiscais ou subsídios por prazos determinados; b) maiores gastos públicos; c) ou combinação de ambos. Ainda, a ausência de valores positivos que possibilitem ocorrência do superávit fiscal poderá ser visto como possível carência ou defasagem em áreas importantes de atuação do governo como investimentos e infraestrutura em geral, salários, política social ou outras. Ou seja, o superávit pode ser decorrente da contenção (ou adiamento) de gastos. O governo pode optar por adiar despesas ou mesmo não ter consciência da necessidade de efetuar despesas que beneficiem a população.

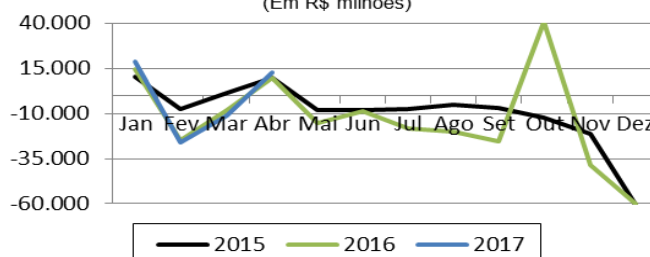
**TABELA 34 – DESEMPENHO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
- GOVERNO FEDERAL E BANCO CENTRAL
(Em R\$ Milhões)**

Período	Resultado do Governo (1)	Varição Percentual (%)
2007	57.650	18,26
2008	71.438	23,92
2009	39.436	-44,80
2010	78.773	99,75
2011	93.525	18,73
2012	88.744	-4,91
2013	77.072	27,56
2014	-17.392	-122,59
2015	-115.099	-561,79
2016	-154.255	-34,02
Mar	-7.892,8	68,43
Abr	9.821,9	224,44
Mai	-15.478,5	-257,59
Jun	-8.776,0	43,30
Jul	-18.536,7	-111,22
Ago	-20.306,1	-9,55
Set	-25.289,3	-24,54
Out	40.846,5	261,52
Nov	-38.353,8	-193,90
Dez	-60.123,9	-56,76
2017	-5.643,6	-31,49
Jan	19.040,9	-131,67
Fev	-26.276,9	-238,00
Mar	-10.977,3	-58,22
Abr	12.569,6	-214,51

**EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)**



**EVOLUÇÃO MENSAL DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO
(Em R\$ milhões)**



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br (Consulta em 29/05/2017)

Resultado do Governo Central origina-se do Resultado do Governo Federal mais Resultado do Banco Central e Benefícios Previdenciários, sujeito a alterações. Valores anuais referentes a soma acumulada no ano.

17. O ICMS NO PARANÁ

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços é a principal fonte de arrecadação dos governos estaduais. Existe uma “guerra” fiscal entre os estados da Federação, onde cada um estabelece alíquotas de ICMS diferenciadas em relação aos demais com o objetivo de atrair empresas ou obter outras formas de benefícios. O Conselho Nacional de Política Fazendária-CONFAZ é encarregado de decisões relativas ao ICMS sendo, no entanto, necessário à unanimidade para a aprovação. Isto não ocorrendo, continua a prevalecer as diferenças de alíquotas entre os Estados.

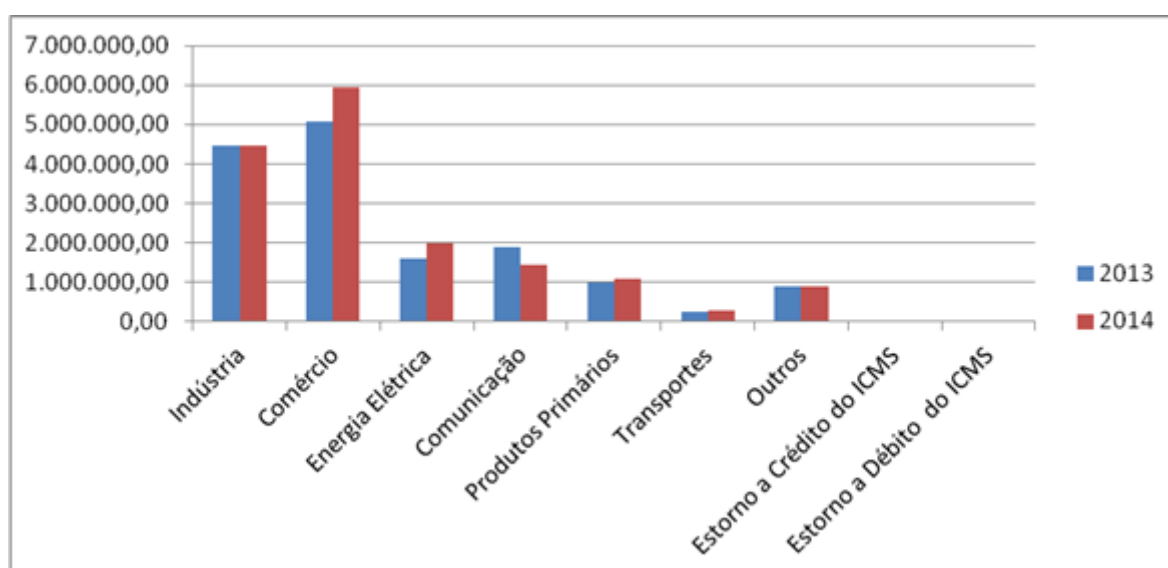
Foi aprovado um projeto de lei pelo Legislativo federal, atribuindo ao governo federal, a partir de 2013, a definição de alíquotas tributárias do ICMS e a regulamentação da cobrança do ICMS. No entanto, a questão permanece ainda no formato de projeto.

TABELA 35 – PARANÁ: ARRECAÇÃO DE ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE (Em R\$ milhares)				
Ordem	Setor de Atividade	2013	2014	Varição Percentual (%)
1	Indústria	4.474.576,68	4.466.977,11	-0,17
2	Comércio	5.081.902,07	5.927.071,81	16,63
3	Energia Elétrica	1.601.736,19	1.982.615,06	23,78
4	Comunicação	1.879.666,78	1.454.626,66	-22,61
5	Produtos Primários	992.582,51	1.100.045,14	10,83
6	Transportes	261.129,59	269.851,98	3,34
7	Outros	906.052,94	906.052,94	0,00
8	Estorno a Crédito do ICMS	0,70	1,95	178,30
9	Estorno a Débito do ICMS	14.998,68	2.264,11	-84,90
---	Total	15.182.648,78	16.104.978,55	6,07

Fonte: www.fazenda.pr.gov.br – (Gestão do Dinheiro Público – Balanço Geral) (Consulta em 01/11/2016)

*Em 2015 o valor total da arrecadação de ICMS atingiu o valor de R\$ 24.587.574.935,48, conforme divulgado pelo IPARDES.

*Em 2016 o valor total arrecado foi de R\$ 25.907.692.833,12, segundo dados do IPARDES. (consulta em 22/02/2017).



IV. RELAÇÕES COM O EXTERIOR

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

O saldo da balança comercial de janeiro-abril de 2017 foi positivo: US\$ 21,4 bilhões, tendo ocorrido elevação nas exportações e nas importações. O dólar mais valorizado a partir de agosto de 2015 contribuiu para conter importações, tendência mantida em 2016, quando o dólar médio se aproximou de R\$ 4,00 no primeiro semestre. O petróleo no mercado mundial teve valorização, sendo um dos motivos a redução das exportações de países da OPEP, a partir de novembro de 2016, visando melhorar a cotação. No entanto, os custos da exploração do pré-sal no Brasil, mais os desvios administrativos-financeiros da Petrobrás, ainda repercutem e poderão postergar a elevação da produção interna. A superprodução de grãos na agricultura fez baixar a cotação dessas *comodities* no mercado mundial.

Vem contribuindo bastante para elevar as reservas cambiais atuais do Banco Central, os dólares arrecadados pelo sistema produtivo brasileiro (balança comercial), os empréstimos e/ou financiamentos obtidos pelo setor privado, as aplicações do exterior em bolsa de valores, e também os dólares obtidos pela venda de títulos do governo (remunerados pela Selic). Por outro lado, a *desindustrialização* ocorrida não foi superada; o perfil industrial não será recuperado a curto prazo, considerando: limitações competitivas atuais, crise econômica vigente e deterioração no contexto político interno. Cabe recuperar exportações da indústria de transformação, detentora de maior agregação de valor e geradora de mais empregos. Há que considerar os limites decorrentes do reduzido padrão de inovações da indústria exportadora e reduzida comercialização de produtos de alta e média tecnologia, além da conjuntura na qual países do Euro e a Argentina passam por dificuldades que limitam suas importações. Nesse sentido, é preciso ativar as inovações e modernização tecnológica da indústria brasileira. Ao governo cabe adotar políticas que estimulem inovações, a fim de atrair indústrias, modernizar produção e melhorar competitividade, tendo dentre as metas ampliar exportações do país.

TABELA 36 – BRASIL: BALANÇA COMERCIAL (Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Variação (%)	Importações*	Variação (%)	Balança Comercial*
2007	160.649	16,58	120.617	32,04	40.032
2008	197.942	23,21	172.985	43,42	24.958
2009	152.995	-22,71	127.722	-26,17	25.272
2010	201.915	31,98	181.768	42,32	20.147
2011	256.040	26,81	226.240	24,47	29.799
2012	242.580	-5,26	223.149	-1,37	19.431
2013	242.183	-0,2	239.623	7,4	2.560
2014	225.101	-7,05	229.031	-4,42	-3.930
2015	191.132	-15,05	171.459	-25,13	19.673
2016	185.235	-3,09	137.552	-19,78	47.683
Jan	11.238	-33,04	10.323	-2,09	915
Fev	13.343	18,73	10.301	-0,21	3.042
Mar	15.992	19,85	11.561	12,23	4.431
Abr	15.372	-3,88	10.510	-9,09	4.862
Mai	17.569	14,29	11.136	5,96	6.433
Jun	16.738	-4,73	12.769	14,67	3.969
Jul	16.328	-2,45	11.753	-7,96	4.576
Ago	16.986	4,03	12.848	9,32	4.138
Set	15.800	-6,98	11.987	-6,70	3.813
Out	13.713	-13,21	11.375	-5,11	2.338
Nov	16.216	18,25	11.463	0,77	4.753
Dez	15.941	-1,70	11.525	0,55	4.415
2017	68.140	21,80	46.769	9,54	21.370
Jan	14.909	-6,47	12.192	5,79	2.716
Fev	15.469	3,76	10.912	-10,50	4.557
Mar	20.085	29,84	12.940	18,58	7.145
Abr	17.686	-11,91	10.717	-17,19	6.969

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatísticas de comércio exterior – Balança comercial mensal) (Consulta em 08/05/2017)

(*) Dados Atualizados. Valores sujeitos a alteração.

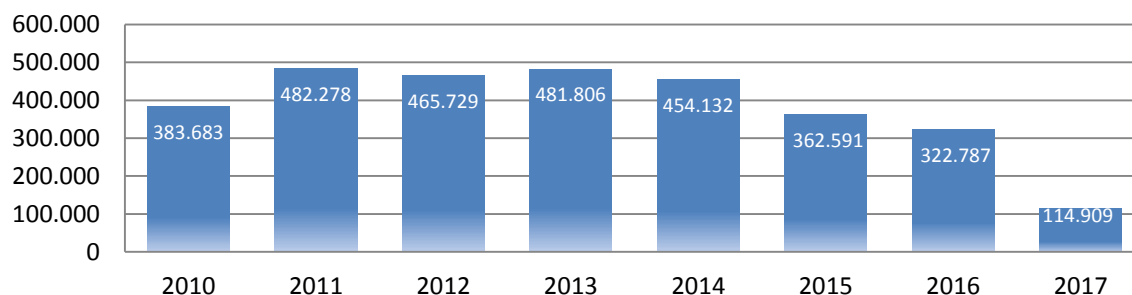
18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

TABELA 37 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL
(Em US\$ Milhões)

Países	2016 (JAN-DEZ)			2017 (JAN-ABR)		
	Exportações	Importações	Balança Comercial	Exportações	Importações	Balança Comercial
AELC (1)	2.472	2.457	14	607	775	-169
África (2)	7.834	4.601	3.233	2.520	1.849	671
Aladi (3)	37.356	22.561	14.795	13.206	7.519	5.687
MERCOSUL(*)	19.669	12.007	7.661	6.969	3.820	3.149
Argentina	13.420	9.085	4.335	5.211	2.853	2.358
Paraguai	2.221	1.223	997	771	395	376
Uruguai	2.745	1.284	1.461	834	406	428
Venezuela	1.283	415	868	152	165	-13
Chile	4.083	2.887	1.196	1.677	1.130	547
México	3.814	3.528	286	1.277	1.222	55
Outros (4)	6.125	1.889	4.235	2.089	555	1.534
Ásia	62.151	43.252	18.899	25.868	14.903	10.966
China	35.138	23.364	11.774	16.955	8.053	8.902
Coreia do Sul	2.881	5.449	-2.568	847	1.733	-886
Japão	4.605	3.567	1.037	1.550	1.143	407
Outros	7.103	3.296	3.807	2.248	1.679	569
Canadá	2.366	1.866	500	870	490	380
EUA (5)	23.277	24.070	-793	8.200	8.269	-69
Europa Oriental (6)	2.453	2.486	-32	908	1.001	-93
Oriente Médio	10.148	3.569	6.579	3.681	1.285	2.396
União Europeia	33.364	31.060	2.304	10.796	9.857	939
Alemanha	4.863	9.129	-4.266	1.568	2.835	-1.267
França	2.308	3.679	-1.371	733	1.140	-407
Itália	3.323	3.702	-380	1.072	1.206	-134
Países Baixos	10.324	1.787	8.537	3.016	841	2.175
Reino Unido	2.842	2.298	544	813	591	222
Outros (7)	7.103	3.296	3.807	2.248	1.679	569
Outros	3.858	1.634	2.224	1.499	809	689
Opep (8)	12.400	6.264	6.136	4.231	2.384	1.847
Total	185.280	137.557	47.723	68.154	46.756	21.398

Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de Conjuntura – Indicadores Econômicos – Capítulo V – Intercâmbio Comercial Brasileiro)
(Consulta em 29/05/2017)

Brasil: Corrente de Comércio (*) Em US\$ milhões



(*) Dados de 2017 referentes ao acumulado no ano.

CORRENTE DE COMÉRCIO: obtida a partir da soma: **exportações mais importações**. Quanto maior a corrente de comércio maior o grau de abertura comercial do país. No gráfico, os valores indicam o saldo total anual da **corrente de comércio**, que não deve ser confundida com **balança comercial**, que é obtida a partir de **exportações menos importações**.

(*) Mercosul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela; além do Brasil.

(1) Associação Europeia de Livre Comércio inclui Islândia, Noruega e Suíça (inclui Liechtenstein).

(2) Exclui países do Oriente Médio e membros da Opep.

(3) Associação Latino-Americana de Integração.

(4) Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Peru e Venezuela.

(5) Inclui Porto Rico.

(6) Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Ucrânia e Uzbequistão.

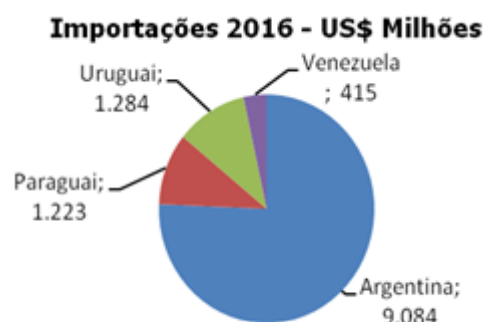
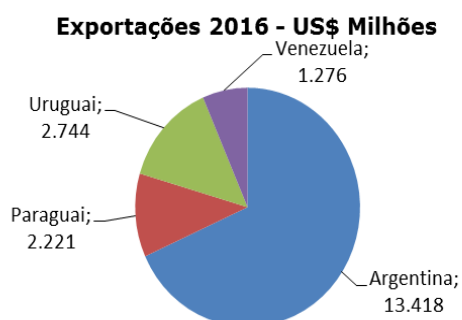
(7) Áustria, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, Portugal, República Eslovaca, República Tcheca, Romênia e Suécia.

(8) Angola, Arábia Saudita, Argélia, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Indonésia, Kuwait, Líbia, Nigéria e Venezuela.

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 38 – BRASIL: INTERCÂMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2017 (Jan-Abr)						
Argentina	5.206	74,76	2.854	74,69	2.352	8.060
Paraguai	771	11,08	395	10,35	376	1.167
Uruguai	834	11,98	406	10,63	428	1.240
Venezuela	152	2,19	165	4,33	-13	318
MERCOSUL	6.964	100,00	3.820	100,00	3.143	10.784
2016						
Argentina	13.418	68,26	9.084	75,66	4.333	22.502
Paraguai	2.221	11,30	1.223	10,19	998	3.444
Uruguai	2.744	13,96	1.284	10,70	1.460	4.028
Venezuela	1.276	6,49	415	3,46	861	1.691
MERCOSUL	19.658	100,00	12.007	100,00	7.651	31.665
2015						
Argentina	12.800	60,99	10.285	78,72	2.515	23.085
Paraguai	2.473	11,78	884	6,77	1.589	3.358
Uruguai	2.727	12,99	1.217	9,31	1.510	3.943
Venezuela	2.987	14,23	680	5,20	2.307	3.666
MERCOSUL	20.987	100,00	13.065	100,00	7.921	34.052
2014						
Argentina	14.282	57,01	14.143	77,05	139	28.425
Paraguai	3.193	12,75	1.120	6,10	2.073	4.313
Uruguai	2.945	11,76	1.918	10,45	1.027	4.863
Venezuela	4.632	18,49	1.174	6,40	3.458	5.806
MERCOSUL	25.052	100,00	18.355	100,00	6.697	43.407
2013						
Argentina	19.615	66,42	16.463	80,50	3.153	36.078
Paraguai	2.997	10,15	1.040	5,09	1.957	4.036
Uruguai	2.071	7,01	1.767	8,64	304	3.838
Venezuela	4.850	16,42	1.181	5,78	3.669	6.031
MERCOSUL	29.533	100,00	20.450	100,00	9.083	49.983

Fonte: www.mdic.gov.br - (Comércio exterior - Estatística do comércio exterior - Balança comercial Brasileira Mensal) (Consulta em 29/05/2017)



18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**TABELA 39 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2017 (JAN-ABR)**

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	948,13	29,62
2	Automóveis com motor explosão, de cilindrada >1.000 cm3 <1.500 cm3	431,97	13,50
3	Óleos brutos de petróleo	400,56	12,51
4	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	267,69	8,36
5	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	184,42	5,76
6	Chassis com motor diesel e cabina, 5 toneladas < carga <= 20 toneladas	146,18	4,57
7	Tratores rodoviários para semi-reboques	123,54	3,86
8	Automóveis com motor explosão, de cilindrada não superior a 1.000 cm3	102,81	3,21
9	Minérios de ferro e seus concentrados, aglomerados por processo de peletização	63,08	1,97
10	Outras carnes de suíno, congeladas	54,49	1,70
11	Outros pneumáticos novos, dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	53,95	1,69
12	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	52,15	1,63
13	Produtos laminados de ferro ou aço não ligado, largura=> 600 mm, folheados, galvanizados	50,87	1,59
14	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	49,05	1,53
15	Alumina calcinada	48,10	1,50
16	Partes de outras máquinas e aparelhos para colheita, debulha, etc.	45,85	1,43
17	Chassis com motor para veículos automóveis transporte pessoas >= 10	45,10	1,41
18	Colheitadeiras combinadas com debulhadoras	44,97	1,41
19	Polietileno sem carga, densidade < 0.94, em forma primária	44,01	1,37
20	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço, com menos de 0,25 % de carbono	43,97	1,37
-	Total	3.200,88	100,00

TABELA 40 - BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2017 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB (Milhões)	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	350,94	16,31
2	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	339,89	15,79
3	Automóveis com motor explosão, 1000 > cm3 <= 1500, até 6 passageiros	165,24	7,68
4	Naftas para petroquímica	151,65	7,05
5	Milho em grão, exceto para semeadura	127,46	5,92
6	Leite integral, em pó, com um teor de matérias gordas > 1,5 %, sem açúcar	105,61	4,91
7	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	97,58	4,53
8	Malte não torrado, inteiro ou partido	94,54	4,39
9	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	92,58	4,30
10	Cevada cervejeira	84,95	3,95
11	Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	72,09	3,35
12	Outras caixas de marchas	68,67	3,19
13	Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	61,92	2,88
14	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos utilizados em veículos	59,43	2,76
15	Outros propanos liquefeitos	53,84	2,50
16	Batatas, preparadas ou conservadas, exceto em vinagre ou em ácido acético, congeladas	51,80	2,41
17	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	49,57	2,30
18	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	44,52	2,07
19	Outros motores diesel e semidiesel	43,77	2,03
20	Arroz descascado (arroz cargo ou castanho), não parboilizado	36,23	1,68
-	Total	2.152,28	100,00

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

As Relações Comerciais com as Três Américas

TABELA 41 - Exportações Brasileiras para países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2016		2017
		Exportações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Exportações (JAN-ABR)
1	Estados Unidos	23.156,30	12,50	8.152,12
2	Argentina	13.417,67	7,24	5.205,97
3	Chile	4.080,63	2,20	1.676,63
4	México	3.813,34	2,06	1.276,55
5	Uruguai	1.275,74	1,48	834,29
6	Canadá	2.743,83	1,28	869,15
7	Colômbia	2.220,84	1,21	723,40
8	Paraguai	2.366,12	1,20	771,30
9	Peru	2.234,77	1,05	629,07
10	Bolívia	1.948,55	0,77	470,73
11	Venezuela	1.428,16	0,69	152,36
12	Equador	366,79	0,35	237,71
13	República Dominicana	653,77	0,31	150,91
14	Santa Lúcia	334,94	0,20	161,25
15	Bahamas	580,26	0,18	114,92
16	Cuba	321,44	0,17	110,50
17	Panamá	308,60	0,17	127,65
18	Costa Rica	301,69	0,16	89,69
19	Guatemala	188,16	0,11	66,67
20	Trinidad e Tobago	194,94	0,10	71,37
	Total	185.235,40	100,00	68.139,60

www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 29/05/2017)

TABELA 42 - Importações Brasileiras de países das três Américas: do Sul, Central e do Norte (em milhões de U\$S)

	País	2016		2017
		Importações (JAN-DEZ)	Participação (%)	Importações (JAN-ABR)
1	Estados Unidos	23.802,60	17,30	8.183,21
2	Argentina	9.084,49	6,60	2.853,58
3	México	3.528,09	2,56	1.221,72
4	Chile	2.882,02	2,10	1.141,56
5	Canadá	1.341,84	1,36	489,63
6	Bolívia	1.866,04	0,98	298,98
7	Peru	1.284,21	0,93	377,03
8	Colômbia	907,93	0,90	492,69
9	Paraguai	1.236,04	0,89	395,40
10	Uruguai	242,40	0,66	406,04
11	Venezuela	1.223,20	0,30	165,48
12	Porto Rico	415,20	0,20	86,23
13	Trinidad e Tobago	270,95	0,18	43,77
14	Costa Rica	49,17	0,10	17,45
15	Cuba	144,04	0,04	12,13
16	Equador	55,04	0,04	47,75
17	Guatemala	39,20	0,03	6,50
18	República Dominicana	13,91	0,01	5,04
19	Honduras	12,15	0,01	4,37
20	El Salvador	5,87	0,00	1,68
	Total	137.552,05	100,00	46.769,09

www.aliceweb2.mdic.gov.br/
(Consulta em 29/05/2017)

18. COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**Principais Produtos Exportados e Importados****TABELA 43 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2017 (JAN-ABR)**

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, Exceto Para Semeadura	9.251,20	23,20
2	Minérios De Ferro Não Aglomerados E Seus Concentrados	6.215,63	15,59
3	Óleos Brutos De Petróleo	6.148,82	15,42
4	Outros açúcares de cana	2.397,90	6,01
5	Pasta química madeira semi branqueada	1.689,35	4,24
6	Café Não Torrado, Não Descafeinado, Em Grão	1.603,69	4,02
7	Pedaços E Miudezas comestíveis Galinhas, Congelados	1.444,20	3,62
8	Bagacos e outros resíduos sólidos do óleo de soja	1.360,47	3,41
9	Automóveis c/motor explosão, 1500<cm3<=3000, até 6 passageiros	1.298,26	3,26
10	Carnes Desossadas De Bovino, Congeladas	1.169,88	2,93
11	Partes De Turborreatores Ou De Turbopropulsores	902,60	2,26
12	Outros Aviões/Veículos Aéreos, Peso>15000Kg, Vazios	847,12	2,12
13	Minérios De Ferro Aglomerado para Processo De Peletizacao	823,01	2,06
14	Açúcares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim.Pura, Sol.	806,28	2,02
15	Alumina Calcinada	801,20	2,01
16	Outros Prods.Semimanuf.Ferro/Aço, C<0.25%,Sec.Transv.Ret	788,32	1,98
17	Carnes De Galos e Galinhas em pedaços Congeladas	637,88	1,60
18	Ouro Em Barras, Fios E Perfis De Seção Maciça	607,95	1,52
19	Outros Minérios De Cobre E Seus Concentrados	542,86	1,36
20	Ferroniobio	533,87	1,34
--	Total	39.870,50	100,00

TABELA 44 – BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS EM 2017 (JAN-ABR)

Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	"Gasóleo" (Óleo Diesel)	1.515,34	12,69
2	Naftas Para Petroquímica	1.392,04	11,65
3	Hulha Betuminosa, Não Aglomerada	1.027,08	8,60
4	Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	778,70	6,52
5	Outras Gasolinas, Exceto Para Aviação	738,79	6,19
6	Óleos brutos de petróleo	731,58	6,12
7	Outros Cloretos De Potássio	603,68	5,05
8	Outras partes para aparelhos receptores radiodif. Televisão, etc.	558,63	4,68
9	Ureia Com Teor De Nitrogênio>45% Em Peso	548,30	4,59
10	Partes De Turborreatores Ou De Turbopropulsores	497,20	4,16
11	Outras Caixas De Marchas	422,66	3,54
12	Álcool Etílico N/Desnaturado C/Teor Agua <= 1% Vol	419,26	3,51
13	Outros Veículos Automóveis C/Motor Diesel, P/Carga<=5T	387,63	3,25
14	Trigos E Misturas com Centeio, Exceto para Semeadura	384,84	3,22
15	Microprocessadores Mont.P/Superf.(Smd)	372,11	3,12
16	Diidrogeno-Ortofosfato De Amonio,Incl.Mist.Hidrogen.Etc	344,78	2,89
17	Catodos De Cobre Refinado/Seus Elementos, Em Forma Bruta	327,65	2,74
18	Automóveis C/Motor Explosao,1500<Cm3<=3000,Ate 6 Passageiros	326,66	2,73
19	Gás Natural No Estado Gasoso	285,76	2,39
20	Sulfetos De Minérios De Cobre	282,03	2,36
--	Total	11.944,73	100,00

Conta Petróleo do Brasil**TABELA 45 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA - COM E SEM PETRÓLEO E DERIVADOS - (US\$ milhões) (JAN-AGO) FOB**

	2014	2015
Exportação	154.018	128.347
Petróleo e Derivados	17.238	12.050
Demais	136.780	116.297
Importação	153.813	121.050
Petróleo e Derivados	28.116	15.260
Demais	125.697	105.790
Saldo	205	7.297
Petróleo e Derivados	-10.878	-3.210
Demais	11.083	10.507

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná

18.1. Brasil: Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica

As informações disponíveis apontam que o predomínio das exportações industriais brasileiras é de bens de: 1) baixa tecnologia; e de: 2) média-alta tecnologia. As exportações de bens de alta tecnologia, com maior valor agregado é pequena. Por outro lado, em termos de importações de bens industriais, o que predomina na demanda externa do Brasil são produtos de: 1) média-alta tecnologia; e de: 2) alta tecnologia, indicando que o Brasil é um grande importador de bens de maior valor agregado, mais inovadores e de maior tecnologia.

TABELA 46 – BRASIL: Exportação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/	2015 Part.%
Total	242 578	242 034	225 101	191 134	-15,1	100
Produtos não industriais	75 633	68 050	63 321	66 241	-22,9	35,7
Produtos industriais	166 945	173 983	161 780	121 893	-10	64,3
I. Alta tecnologia	9 994	9 682	9 643	9 250	3,0	4,6
Aeronáutica e aeroespacial	5 625	5 593	5 842	6 454	10,7	3,4
Farmacêutica	2 123	1 997	1 972	1 316	-16,7	0,7
Outros	2 245	2 092	1 829	1 476	-5,7	0,6
II. Média-alta tecnologia	40 690	39 865	34 464	33 117	-9,9	17,3
Veículos automotores, reboques/semi-reboques	14 628	15 929	11 415	11 093	-2,9	5,6
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	10 727	10 268	10 087	11 264	-10,9	5,9
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	11 370	9 763	9 336	7 658	-15,1	4,0
Outros	3 965	3 905	3 625	3 062	-15,3	1,6
III. Média-baixa tecnologia	38 818	41 427	36 492	27 143	-12	14,2
Produtos metálicos	21 786	19 129	20 642	17 766	-4,6	9,3
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	10 536	9 376	8 726	2 607	-45	1,5
Outros	6 496	12 922	7 125	6 547	-6,9	3,4
IV. Baixa tecnologia	77 444	83 010	81 181	53 363	-11,1	27,9
Alimentos, bebidas e tabaco	62 647	67 246	64 852	37 651	-14	19,7
Madeira e seus produtos, papel e celulose	8 597	9 187	9 479	9 861	4,4	5,2
Têxteis, couro e calçados	4 605	4 949	5 316	4 389	-16,6	2,3
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1 594	1 629	1 534	1 462	-6,1	0,6

TABELA 47 – BRASIL: Importação Por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões

Discriminação	2012 Valor	2013 Valor	2014 Valor	2015 Valor	2015 Var.%1/	2015 Part.%
Total	223 183	239 748	229 060	171 461	-25,2	100
Produtos não industriais	28 440	33 938	32 171	20 797	-35,8	12,1
Produtos industriais	194 744	205 809	196 889	150 664	-23,4	87,9
I. Alta tecnologia	40 426	43 081	41 700	30 824	-20,3	18,0
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	14 799	16 423	16 186	11 558	-28,6	6,7
Farmacêutica	8 937	9 690	9 471	7 190	-12,5	4,2
Instrumentos médicos de ótica e precisão	7 025	7 725	7 258	4 141	-19,4	2,4
Aeronáutica e aeroespacial	4 864	4 972	4 824	4 888	-1,1	2,9
Material de escritório e informática	4 801	4 271	3 962	3 047	-27,5	1,8
II. Média-alta tecnologia	93 899	99 898	92 507	73 126	-21,7	42,7
Produtos químicos, exclusive farmacêuticos	33 905	36 175	36 043	30 651	-17,2	17,9
Máquinas e equipamentos mecânicos, n. e.	26 760	27 749	24 401	18 453	-23,5	10,8
Veículos automotores, reboques/semirreboques	22 652	24 419	21 099	14 764	-30,2	8,6
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	8 978	10 207	9 314	7 656	-18,4	4,5
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	1 604	1 348	1 651	1 603	-3,7	0,9
III. Média-baixa tecnologia	41 716	43 982	43 260	29 469	-32,7	17,2
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18 809	20 236	20 085	10 264	-49,5	6,0
Produtos metálicos	14 232	14 119	13 843	11 276	-20,5	6,6
Borracha e produtos plásticos	6 115	6 611	6 232	4 876	-21,5	2,8
Produtos de petróleo refinado/outros combustíveis	18 809	20 236	20 085	10 264	-49,5	6,0
IV. Baixa tecnologia	18 703	18 849	19 421	17 242	-17,7	10,1
Têxteis, couro e calçados	6 940	7 156	7 417	6 211	-16,3	3,6
Alimentos, bebidas e tabaco	7 091	7 015	7 456	6 063	-18,2	3,5
Madeira e seus produtos, papel e celulose	2 388	2 270	2 201	1 441	-27,1	0,8
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	2 283	2 408	2 346	3 527	-14,6	2,1

Obs.: n. e. = não especificados nem compreendidos em outra categoria. 1/ Variação percentual pela média diária, 2015 sobre 2014.

Dados extraídos do Boletim do Banco Central – Relatório anual 2013, referente aos dados de 2012 e 2013; Relatório anual 2015 referente aos dados de 2014 e 2015.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

O quadrimestre janeiro-abril de 2017 indica balança comercial positiva do Paraná de US\$ 1.863 milhões. As projeções atuais são de continuidade do crescimento dos saldos das contas externas do Paraná, juntamente com a corrente de comércio. Em 2016 houve melhora expressiva dos superávits das contas externas do Paraná, comparadas a 2015: os números da balança comercial do período foram melhores que os de 2015. O dólar mais valorizado a partir de agosto de 2015 permitiu melhorar as contas externas do Paraná e superar a sequência de 2008 a 2014, anos com saldos inferiores aos de 2015. A corrente de comércio do Paraná (exportações mais importações) em 2016 foi inferior a 2015, devido a grande queda das importações.

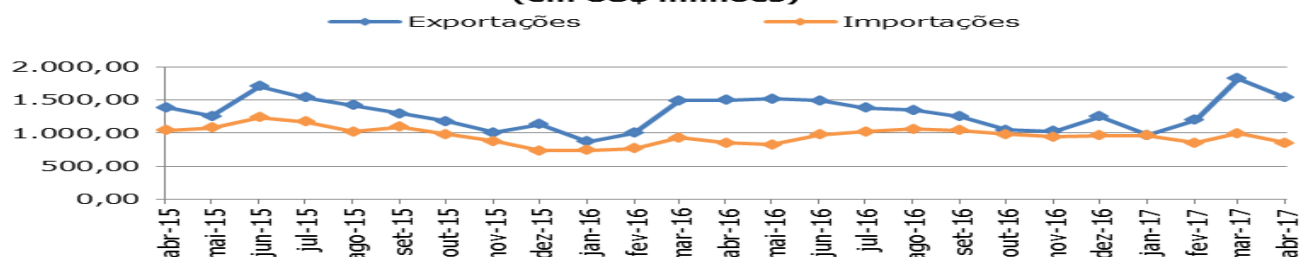
A crise econômica no País, que aponta um quadro recessivo, associado a desvios políticos e éticos, afetaram toda a conjuntura econômico-social, que ainda teve que assumir a carga negativa dos escândalos comportamentais de diversas conotações, que contribuíram para dificultar ainda mais o desempenho da economia do Paraná. A queda na inflação e a redução dos juros SELIC verificadas no decorrer de 2017, poderão permitir melhorias econômicas, com reflexos nas relações externas.

A participação das exportações e importações do Paraná com os países do MERCOSUL tem sido mais intensas com a Argentina, especialmente depois dos exportadores paranaenses terem atendidas algumas das reivindicações ao novo governo daquele país, em benefício de produtos do Estado. Por outro lado, relações comerciais de menor valor monetário tem sido realizadas com a Venezuela.

TABELA 48 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL E CORRENTE DE COMÉRCIO
(Em US\$ Milhões)

Período	Exportações*	Importações*	Saldo Balança Comercial *	Corrente de comércio*
2007	12.352,86	9.017,99	3.334,87	21.370,85
2008	15.247,18	14.570,22	676,96	29.817,40
2009	11.222,83	9.620,84	1.601,98	20.843,67
2010	14.176,01	13.956,96	219,05	28.132,97
2011	17.394,23	18.767,23	-1.373,00	36.161,46
2012	17.709,59	19.387,10	-1.677,52	37.096,69
2013	18.239,20	19.343,80	- 1.104,60	37.583,00
2014	16.332,15	17.294,27	-962,12	33.626,42
2015	14.909,08	12.448,70	2.460,38	27.357,78
2016	15.171,10	11.092,31	4.078,79	26.263,41
Abr	1.499,21	852,27	646,95	2.351,48
Mai	1.513,78	827,57	686,22	2.341,35
Jun	1.489,46	972,37	517,09	2.461,82
Jul	1.381,94	1.023,10	358,84	2.405,04
Ago	1.347,72	1.058,56	289,16	2.406,28
Set	1.249,97	1.041,25	208,72	2.291,22
Out	1.048,10	981,24	66,87	2.029,34
Nov	1.027,05	942,49	84,56	1.969,54
Dez	1.249,59	958,42	291,17	2.208,01
2017	5.516,83	3.653,86	1.862,96	9.170,69
Jan	965,26	958,90	6,36	1.924,16
Fev	1.193,92	851,27	342,65	2.045,19
Mar	1.820,71	995,72	824,99	2.816,43
Abr	1.536,94	847,98	688,96	2.384,91

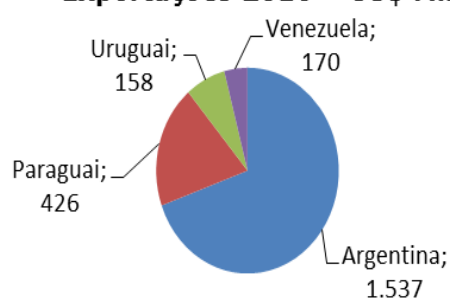
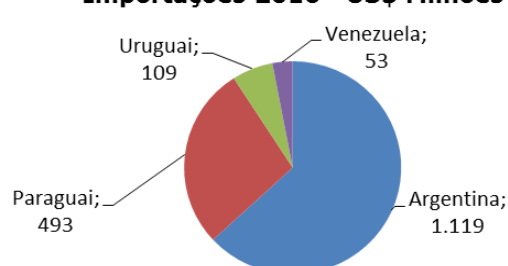
Paraná: Exportações X Importações
(em US\$ milhões)



19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**Relações Comerciais com o MERCOSUL****TABELA 49 – PARANÁ: INTERCAMBIO COMERCIAL MERCOSUL (US\$ MILHOES)**

Países	Exportações	Participações nas Exportações (%)	Importações	Participações nas Importações (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
2017 (Jan-Abr)						
Argentina	587	74,15	289	56,95	298	876
Paraguai	142	17,93	163	32,15	-21	305
Uruguai	51	6,39	37	7,20	14	87
Venezuela	12	1,53	19	3,70	-7	31
MERCOSUL	792	100,00	508	100,00	284	1.300
2016						
Argentina	1.537	69,50	1.119	63,10	417	2.656
Paraguai	426	19,27	493	27,77	-67	919
Uruguai	158	7,13	109	6,12	49	266
Venezuela	91	4,10	53	3,01	37	144
MERCOSUL	2.211	100,00	1.774	100,00	437	3.985
2015						
Argentina	1.087	55,92	1.382	77,68	-295	2.468
Paraguai	532	27,37	308	17,31	223	840
Uruguai	156	8,02	84	4,72	72	240
Venezuela	170	8,74	5	0,28	165	174
MERCOSUL	1.944	100,00	1.779	100,00	165	3.723
2014						
Argentina	1.204	54,19	1.814	72,47	-560	2.488
Paraguai	613	27,59	545	21,77	51	977
Uruguai	161	7,25	133	5,31	11	239
Venezuela	244	10,98	11	0,44	199	221
MERCOSUL	2.222	100,00	2.503	100,00	-264	3.558
2013						
Argentina	2.049	68,30	2.322	78,26	-273	4.371
Paraguai	622	20,73	404	13,62	218	1.027
Uruguai	168	5,60	124	4,18	43	292
Venezuela	161	5,37	116	3,91	44	277
MERCOSUL	3.000	100,00	2.967	100,00	33	5.967

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta: 29/05/2017)

Exportações 2016 - US\$ Milhões**Importações 2016 - US\$ Milhões**

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 50 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA O MERCOSUL EM 2017 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros	220,38	43,24
2	Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5 toneladas	66,35	13,02
3	Tratores rodoviários para semi-reboques	32,40	6,36
4	Adbus minerais ou químicos, que contenham nitrogênio, fósforo e potássio	27,70	5,44
5	Outras carnes de suíno, congeladas	22,58	4,43
6	Outros papéis e cartões dos tipos utilizados para escrita ou impressão	17,28	3,39
7	Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de plástico	14,01	2,75
8	Eixos de transmissão com diferencial para veículos automóveis	13,47	2,64
9	Outros motores de explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	12,56	2,47
10	Chassis com motor diesel e cabina, capacidade de carga > 20 toneladas	10,74	2,11
11	Outras pás mecânicas, escavadores, carregadoras, etc.	9,83	1,93
12	Outros recipientes tubulares, de alumínio, de capacidade não superior a 300 litros	8,21	1,61
13	Pneumáticos novos dos tipos utilizados em automóveis de passageiros	7,91	1,55
14	Betume de petróleo	7,41	1,45
15	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	7,33	1,44
16	Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	6,78	1,33
17	Outras carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal	6,55	1,29
18	Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	6,40	1,26
19	Outros aparelhos para filtrar ou depurar gases	5,87	1,15
20	Compressor para equipamento frigorífico, capacidade <= 16000 frigorias/hora	5,86	1,15
-	Total	509,65	100,00

TABELA 51 - PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO MERCOSUL EM 2017 (JAN-ABR)

Nº	PRODUTO	US\$ FOB Milhões	Percentual (%)
1	Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	79,68	20,55
2	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	44,52	11,48
3	Cevada cervejeira	44,52	11,48
4	Malte não torrado, inteiro ou partido	30,14	7,77
5	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	29,45	7,60
6	Milho em grão, exceto para semeadura	28,92	7,46
7	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios	16,97	4,38
8	Metanol (álcool metílico)	15,57	4,02
9	Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	12,23	3,16
10	Outras caixas de marchas	11,83	3,05
11	Outros inseticidas, apresentados de outro modo	11,78	3,04
12	Farinha de trigo	11,04	2,85
13	Alhos, frescos ou refrigerados, exceto para semeadura	10,44	2,69
14	Pastas químicas de madeira, semibranqueadas ou branqueadas, de coníferas	7,87	2,03
15	Carnes desossadas de bovino, congeladas	6,49	1,67
16	Garrações, garrafas, frascos, artigos semelhantes, de plásticos	6,14	1,58
17	Azeitonas, não congeladas	5,51	1,42
18	Herbicida à base de alaclor, de ametrina, de atrazina ou de diuron	5,02	1,30
19	Outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis	4,94	1,27
20	Sebo bovino fundido (incluindo o premier jus)	4,61	1,19
-	Total	387,66	100,00

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 52 – PARANÁ: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DE PRODUTOS (1)

Nº	2016 (JAN-DEZ)			2017 (JAN-ABR)		
	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)	Dez Principais Destinos	US\$ Milhões	Participação Percentual (%)
1	China	3.545,69	40,78	China	1.705,04	47,92
2	Argentina	1.536,88	17,68	Argentina	587,01	16,50
3	Estados Unidos	781,30	8,99	Estados Unidos	270,33	7,60
4	Países Baixos (Holanda)	541,98	6,23	Arábia Saudita	199,25	5,60
5	Arábia Saudita	510,02	5,87	Alemanha	158,03	4,44
6	Alemanha	447,69	5,15	Ira	148,78	4,18
7	Paraguai	426,08	4,90	Paraguai	141,96	3,99
8	Coreia Do Sul	310,89	3,58	Países Baixos (Holanda)	128,60	3,61
9	Japão	299,50	3,44	Coreia Do Sul	111,90	3,14
10	Índia	294,52	3,39	Japão	107,35	3,02
---	Total	8.694,54	100,00	Total	3.558,26	100,00

TABELA 53 – PARANÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS EM 2017 (JAN-ABR) (1)

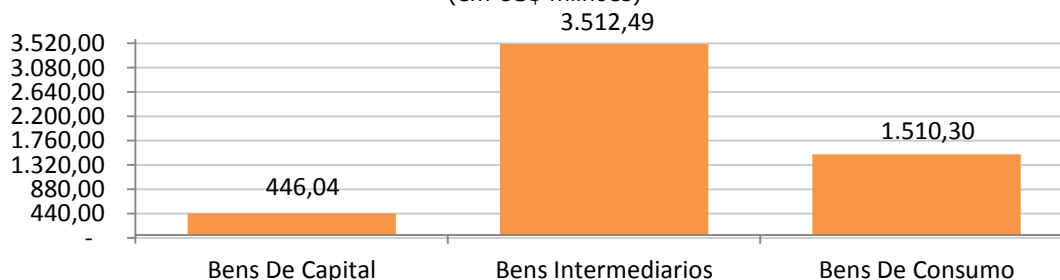
Nº	Produto	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	1.490,42	38,28
2	Pedaços e miudezas de galos e galinhas, congelados	513,55	13,19
3	Bagacos e resíduos sólidos da extração do óleo de soja	318,28	8,17
4	Automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000	289,07	7,42
5	Carnes de galos e galinhas, não cortadas, congeladas	244,55	6,28
6	Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	136,11	3,50
7	Outras madeiras folheadas	109,08	2,80
8	Outros açúcares de cana	108,32	2,78
9	Pasta Química de madeira não conífera semi branqueada	101,32	2,60
10	Café solúvel, mesmo descafeinado	91,48	2,35
11	Outros papeis e cartões para escrita	86,19	2,21
12	Outros Veículos Automóveis C/Motor Explosão, Carga <= 5T	72,94	1,87
13	Milho em grão, exceto para semeadura	62,91	1,62
14	Tratores rodoviários para semi-reboques	62,28	1,60
15	Outras carnes de suíno congeladas	61,95	1,59
16	Madeira De Coníferas, Perfilada	50,83	1,31
17	Farinhas e "pellets" da extração do óleo de soja	48,86	1,25
18	Madeira Serrada Ou Fendida Longitudinalmente	45,37	1,17
19	Outras Pás Mecânicas, Escavadores, Carregadoras, Etc.	40,97	1,05
20	Carnes de outros animais, salgadas, secas, etc.	40,36	1,04
-	Total	3.893,49	100,00

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança Comercial Brasileira: Unidades da Federação)
(Consulta em 29/05/2017)

PARANÁ: EXPORTAÇÕES POR TIPOS DE BENS

(Jan - Abr de 2017)(2)

(em US\$ milhões)



Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) (Consulta em 29/05/2017)

(*) Dados Atualizados. Sujeitos à alteração.

(1) Dados preliminares.

(2) Bens de Capital: bens que geram riqueza: máquinas que fabricam outros bens; ou bens de longa duração: equipamento hospitalar.
Bens Intermediários: bens manufaturados ou matérias-primas processadas utilizadas na produção de outros bens (exemplo: peças para veículos)
Bens de Consumo: para o atendimento das demandas e necessidades imediatas da população: alimentos, remédios, etc.

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE

TABELA 54 – PARANÁ: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO E ORIGEM DE PRODUTOS

2017 (JAN-ABR)			2017 (JAN-ABR)		
Principais Blocos Econômicos de Destino	US\$ Milhões	%	Principais Blocos Econômicos de Origem	US\$ Milhões	%
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	2.400,79	46,39	União Europeia - UE	854,00	25,13
Aladi	1.255,78	24,26	Sem Agrupamento Especifico	837,88	24,66
União Europeia - UE	648,85	12,54	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	817,29	24,05
Oriente Médio	551,39	10,65	Aladi	728,73	21,44
Demais Blocos	318,78	6,16	Europa Oriental	160,48	4,72
Total	5.175,59	100,00	Total	3.398,39	100,00

(*)Considera apenas blocos econômicos e não países não pertencentes a estes blocos.

TABELA 55 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2016 (JAN-SET)

Nº	20 Principais Empresas Exportadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	680,18	10,32
2	Brf S.A.	666,06	10,11
3	Cooperativa Agropecuaria Mouraoense Ltda	655,00	9,94
4	Cargill Agricola S A	606,38	9,20
5	Louis Dreyfus Company Brasil S.A.	472,16	7,16
6	Bunge Alimentos S/A	467,47	7,09
7	Klabin S.A.	451,67	6,85
8	Usina De Acucar Santa Terezinha Ltda	378,26	5,74
9	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	260,89	3,96
10	Nidera Sementes Ltda.	254,32	3,86
11	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	230,41	3,50
12	Chs Do Brasil - Graos E Fertilizantes Ltda.	224,80	3,41
13	Seara-Ind. E Comercio De Produtos Agro-Pecuarios Ltda	206,80	3,14
14	C.Vale - Cooperativa Agroindustrial	190,94	2,90
15	Engelhart Ctp (Brasil) S.A.	153,64	2,33
16	Cooperativa Agroindustrial Lar	147,51	2,24
17	Companhia Cacique De Cafe Soluvel	145,95	2,21
18	Usina Alto Alegre S/A - Acucar E Alcool	140,86	2,14
19	Cofco Brasil S.A	130,23	1,98
20	Glencore Importadora E Exportadora S/A	127,46	1,93
---	Total	6.591,00	100,00

TABELA 56 – PARANÁ: PRINCIPAIS EMPRESAS IMPORTADORAS EM 2016 (JAN-SET)

Nº	20 Principais Empresas Importadoras	US\$ Milhões	Percentual (%)
1	Renault Do Brasil S.A	668,90	16,77
2	Volkswagen Do Brasil Ltda	440,77	11,05
3	Klabin S.A.	233,21	5,85
4	Fertipar Fertilizantes Do Parana Limitada	231,14	5,80
5	Mosaic Fertilizantes Do Brasil Ltda.	226,02	5,67
6	Brf S.A.	210,69	5,28
7	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	208,71	5,23
8	Volvo Do Brasil Veiculos Ltda	198,51	4,98
9	Yara Brasil Fertilizantes S/A	192,46	4,83
10	Adama Brasil S/A	184,95	4,64
11	Sul Plata Trading Do Brasil Ltda	160,32	4,02
12	Oil Trading Importadora E Exportadora Ltda.	145,16	3,64
13	Electrolux Do Brasil S/A	144,09	3,61
14	Cooperativa Agraria Agroindustrial	131,38	3,29
15	Cnh Industrial Latin America Ltda.	120,76	3,03
16	Du Pont Do Brasil S A	113,58	2,85
17	Flamma Oleos E Derivados Ltda	107,58	2,70
18	Blueway Trading Importacao E Exportacao S.A.	99,22	2,49
19	Fertilizantes Heringer S.A.	91,73	2,30
20	Greenenergy Brasil Trading S.A.	79,21	1,99
---	Total	3.988,37	100,00

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior) (Consulta em 29/05/2017)

Últimos dados disponíveis referentes às Tabelas 55 e 56 são referentes à setembro. (consulta em 29/05/2017).

19. COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE**TABELA 57 – PARANÁ: EXPORTAÇÕES – TOTAIS POR FATOR AGREGADO**
(Em US\$ Milhões)

Período	Básicos	Indústria- lizados	Operações Especiais	TOTAL
2007	4.233,78	7.949,75	169,32	12.352,86
2008	5.787,48	9.152,08	307,62	15.247,18
2009	4.985,13	6.024,36	213,33	11.222,83
2010	5.983,15	7.921,86	270,99	14.176,01
2011	7.952,48	9.056,69	385,06	17.394,23
2012	8.356,71	9.022,70	330,17	17.709,59
2013	9.068,37	8.916,49	254,34	18.239,20
2014	8.304,08	7.775,25	252,79	16.332,12
2015	7.649,59	7.084,25	175,24	14.909,08
2016	7.208,75	7.870,82	91,54	15.171,10
Fev	506,98	490,13	5,81	1.002,92
Mar	903,24	578,47	8,45	1.490,17
Abr	935,22	553,84	10,15	1.499,21
Mai	810,82	694,15	8,81	1.513,78
Jun	738,83	740,84	9,79	1.489,46
Jul	745,73	628,70	7,51	1.381,94
Ago	510,06	834,51	3,15	1.347,72
Set	480,83	762,06	7,08	1.249,97
Out	397,90	644,88	5,32	1.048,10
Nov	304,33	716,73	5,98	1.027,05
Dez	431,21	806,62	11,76	1.249,59
2017	2.885,07	2.590,45	41,31	5.516,83
Jan	415,58	539,13	10,55	965,26
Fev	542,99	642,88	8,04	1.193,92
Mar	1.066,41	740,17	14,14	1.820,71
Abr	860,08	668,27	8,58	1.536,94

Fonte: www.mdic.gov.br (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial Unidades da Federação) Dados sujeitos à alterações. (Consulta: 29/05/2017)

TABELA 58 – PARANÁ: BALANÇA COMERCIAL DOS MAIORES EXPORTADORES MUNICIPAIS EM 2017 (JAN-ABR)
(Em US\$ Milhões)

Nº	15 Principais Municípios	Exportações	Percen tual (%)	Importações	Percen tual (%)	Balança Comercial	Corrente de Comércio
1	Paranaguá	1.408,47	30,16	663,85	22,63	744,63	2.072,32
2	São José dos Pinhais	625,42	13,39	624,80	21,30	0,62	1.250,22
3	Ponta Grossa	516,85	11,07	116,08	3,96	400,76	632,93
4	Maringá	455,88	9,76	68,99	2,35	386,89	524,87
5	Curitiba	438,70	9,39	797,87	27,20	-359,17	1.236,56
6	Londrina	241,94	5,18	74,83	2,55	167,11	316,78
7	Araucária	207,70	4,45	417,62	14,24	-209,92	625,32
8	Sertãozinho	130,03	2,78	12,64	0,43	117,39	142,67
9	Ortigueira	106,60	2,28	16,11	0,55	90,49	122,71
10	Cascavel	103,37	2,21	63,62	2,17	39,75	166,99
11	Palotina	97,76	2,09	4,35	0,15	93,41	102,12
12	Cafelândia	97,69	2,09	3,71	0,13	93,98	101,40
13	Cambé	84,41	1,81	57,00	1,94	27,41	141,42
14	Rolândia	79,51	1,70	7,94	0,27	71,57	87,45
15	Marialva	75,67	1,62	3,67	0,13	72,00	79,34
--	TOTAL	4.670,00	100	2.933,09	100	1.736,91	7.603,09

Fonte: www.mdic.gov.br – (Comércio exterior – Estatística do comércio exterior – Balança comercial brasileira: Municípios)
(Consulta em 29/05/2017)

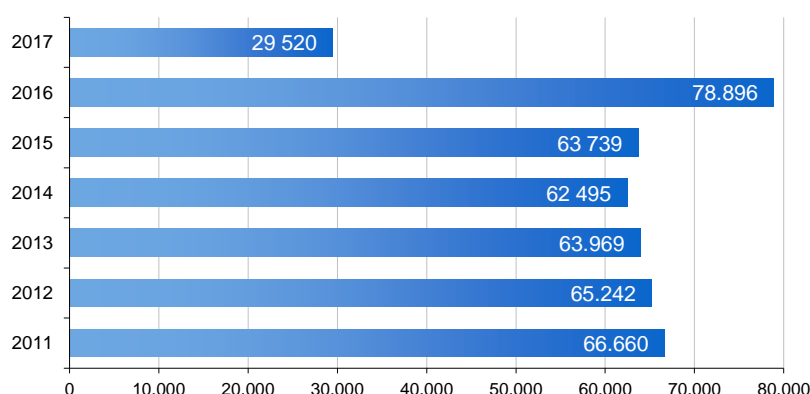
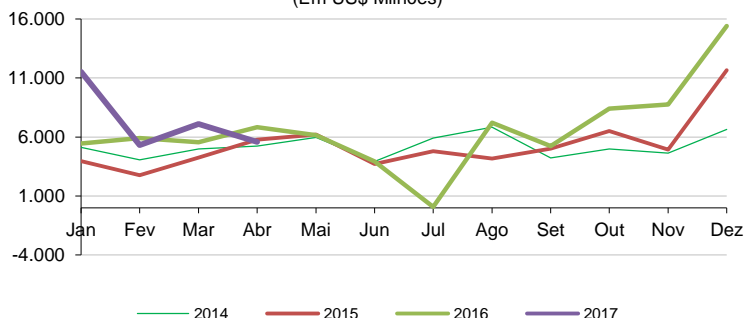
20. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO-IED NA ECONOMIA BRASILEIRA

O período janeiro-abril / 2017 aponta um IED positivo acima de US\$ 29,5 bilhões. A crise econômica e política no Brasil, com diferentes nuances, ainda não totalmente superada, permitiu aos investidores do exterior usufruírem de menores custos de importações em termos cambiais e maior poder de compra do US\$ comparado ao R\$. Em 2016, o IED superou os valores de 2015 em quase US\$ 15 bilhões, tendo sido o maior IED desde 2006. As projeções atuais apontam para manutenção da tendência de crescimento em 2017. Analisando sob uma perspectiva de médio e longo prazo, era esperado um contexto conveniente para investimento do exterior, especialmente considerando-se os impactos e os efeitos pós *impeachment*. Todavia, a entrada esperada de dólares foi contida devido as questões políticas internas, que refletiram na forma de contenção da economia. O IED no Brasil poderia ser comprometido pela ocorrência simultânea de fatos como: melhora na economia dos EUA, possibilidade de adoção pelo governo brasileiro de medidas restritivas para interferir no rendimento dos investimentos ou limitações a remessas para o exterior, ou ainda fatores aleatórios imprevisíveis, inclusive de conotação política. A deterioração da credibilidade da economia brasileira, a elevação do desemprego, a queda do PIB, a retração do "grau de investimento" para "grau especulativo" e a teia de fatos associados à "operação lava-jato", contiveram a superação.

O IED é um fluxo importante de capital: permite ampliar produção, inovar e modernizar produção interna e melhorar produtividade. Considera somente o *capital externo produtivo*, capaz de gerar novos bens e serviços. Difere do *capital especulativo*, aplicado em títulos da dívida pública e bolsa de valores, que tem um imediatismo quanto ao retorno, ou seja, não permanecendo por longo prazo. Com uma crise, desembarca do país, sem gerar empregos, produtos ou serviços.

TABELA 59 – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO BRASIL

Período	Valor em US\$ Milhões*	Varição Percentual (%)
2006	18.822	24,93
2007	34.584	83,74
2008	45.058	30,29
2009	25.948	-42,41
2010	48.506	86,93
2011	66.660	37,43
2012	65.242	-2,13
2013	63.969	-2,00
2014	62.495	-2,30
2015	63.739	1,99
2016*	78.896	23,78
Abr	6.820	22,73
Mai	6.145	-9,89
Jun	3.917	-36,26
Jul	78	-98,01
Ago	7.208	9.135,49
Set	5.233	-27,40
Out	8.400	60,51
Nov	8.752	4,20
Dez	15.409	76,07
2017	29.520	24,28
Jan	11.528	-25,19
Fev	5.306	-53,97
Mar	7.109	33,97
Abr	5.577	-21,54

IED NO BRASIL
(Em US\$ Milhões)**EVOLUÇÃO MENSAL DO IED**
(Em US\$ Milhões)

21. DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA- DEB

A DEB, conforme dados de maio de 2017, caiu em relação a 2016, ano este em que a DEB diminuiu comparada a valores de 2015 e 2014. A DEB total é o somatório das dívidas dos setores público (governos: federal, estaduais e municipais, mais Distrito Federal e empresas públicas) e o setor privado. Em maio de 2017, os números mantinham a tendência anterior: maior participação da dívida de médio e longo prazo no total da dívida: 82,33%, superior à participação da dívida de curto prazo: 17,67%, importante para reduzir a pressão para pagamentos. A distribuição dessa dívida amplia a elasticidade para pagamento e renegociações.

A forma de gestão e administração do estoque de divisas praticada pelo Banco Central indica condições consistentes nos desembolsos futuros para pagamentos da dívida externa.

A existência de dívida, mesmo que grande, não indica, necessariamente, inviabilização de uma economia. Pode representar maior capacidade de captação de recursos que sejam necessários e importantes para os setores públicos ou empresários do setor privado. Desde que utilizados sob gestão financeira eficiente podem ser perfeitamente justificáveis.

TABELA 60 – DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (Em US\$ Milhões)					
Período	Curto Prazo		Médio e Longo Prazo		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
2009	30.972	15,62	167.220	84,37	198.192
2010	56.450	22,12	198.734	77,87	256.804
2011	39.040	13,13	258.310	86,87	297.349
2012	37.535	11,85	279.295	88,15	316.831
2013	32.855	10,53	279.166	89,51	312.022
2014	54.614	15,71	293.008	84,29	347.621
2015	56.103	16,61	281.629	83,39	337.732
2016	58.360	18,03	265.354	81,97	323.714
2017*	56.486	17,67	263.178	82,33	319.664

Fonte: www.bcb.gov.br – (Economia e Finanças – Notas econômico-financeiras para a imprensa – Setor externo – quadro 22) (Consulta em 29/05/2017) (*) Dados de Abril

21.1. Distribuição da Dívida: Governo e Setor Privado

A dívida externa brasileira está distribuída em dívida do governo e dívida do setor privado. A dívida registrada para 2010-2015, conforme o Banco Central está exposta na Tabela abaixo.

Constata-se uma realidade pouco conhecida do grande público: do total da dívida externa brasileira, verifica-se que o setor privado, no período 2011 - 2015 foi, na média, responsável por mais da metade dessa dívida, superando 60% do total. O período 2011-2015 mostra forte inversão de tendência comparada a 2009-2010. O dado mais recente da dívida, ano de 2015, indica setor privado devedor de 61,8% do total da dívida externa, mais de 20% acima da dívida externa do setor público. A dívida do setor privado cresceu mais a partir de 2011, sob estímulo dos baixos juros externos e valorização do R\$ perante o US\$ até 2011. A dívida pública está distribuída entre governos: federal, estaduais, municipais mais as estatais.

TABELA 61 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA			
Ano	Setor Público	Setor Privado	Total
2010 (1)	45,0	55,0	100
2011 (2)	37,2	62,8	100
2012 (3)	36,3	63,7	100
2013 (4)	38,5	61,5	100
2014 (5)	39,4	60,6	100
2015 (6)	38,2	61,8	100

Fonte: (1) Boletim Anual – 2010 do Banco Central do Brasil (p. 135). (2) Boletim Anual – 2011 do Banco Central do Brasil (p. 129). (3) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 129). (4) Boletim Anual – 2013 do Banco Central do Brasil (p. 121). (5) Boletim Anual – 2012 do Banco Central do Brasil (p. 119). (6) Boletim Anual – 2015 do Banco Central do Brasil (p. 121).

22. RESERVAS CAMBIAIS

Em maio de 2017, superaram US\$ 377 bilhões, maior valor do ano. Parcela desse crescimento está associada ao aumento da balança comercial e desvalorização do Real-R\$ frente ao US\$.

As reservas cambiais são muito importantes e estratégicas no atual contexto econômico; permitem um "lastro cambial" que revela um elevado estoque de divisas no BC, e que vem atuando como um *colchão amortecedor* desde o início da crise mundial de 2008. Permitiu ao Brasil, até 1º semestre de 2014, maior credibilidade no mercado externo, e manter o "grau de investimento" obtido nos anos de 2008 e 2009, além de ampliar a entrada de capital externo.

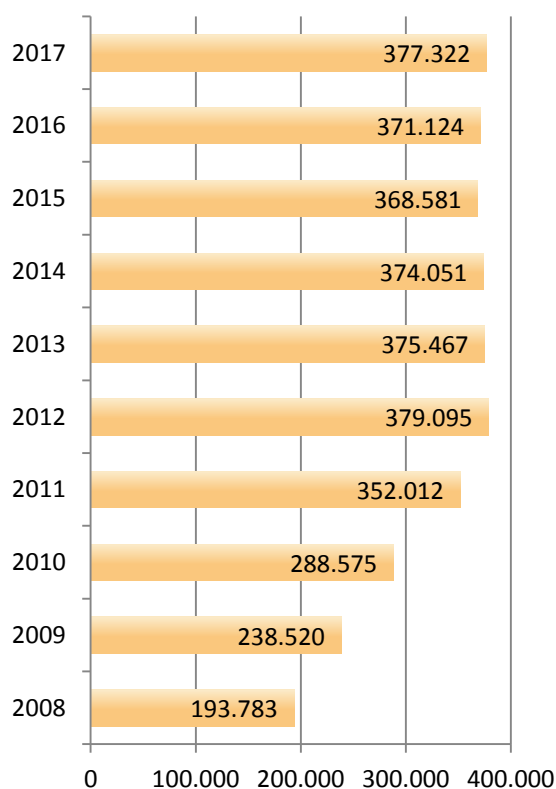
Atualmente, o **grau de investimento** da economia concedido pelas três agências internacionais de classificação de risco (**) foi baixado para **grau especulativo**. A redução da nota pelas agências de classificação de risco significa que o acesso a crédito no exterior poderá ser contido, os juros pagos poderão crescerem e também poderia incentivar a retirada de aplicações do exterior na economia brasileira. Nas condições atuais, a nova nota do Brasil no cenário global, representa risco maior considerando elevação das incertezas para os investidores.

Uma parcela dos US\$ da reserva cambial é especulativa, por conta dos juros maiores pagos pelos títulos do governo brasileiro, comparados à remuneração em outros países. É um volume de divisas importante para o Brasil, mas que gera um custo associado às aplicações do exterior em títulos do governo, que pagam altas remunerações. É o "capital especulativo" volátil, sem compromisso com produção, investimento interno ou emprego e que, em função de um distúrbio no mercado externo ou mesmo limitações políticas e econômicas geradas internamente poderão, rapidamente, sair do País. Os dólares do BC, em parte aplicados em títulos do governo americano, tem remuneração inferior à paga pelo governo brasileiro. Uma parcela das reservas advém da compra de US\$ pelo BC em períodos de alta entrada que induziam a valorizar o R\$; a outra parte vem das exportações.

TABELA 62 – BRASIL: RESERVAS CAMBIAIS
(Em US\$ Milhões)

Período	Reservas Cambiais no Banco Central (*)	Varição Sobre o Período Anterior
2005	53.799	1,60
2006	85.839	59,60
2007	180.334	110,10
2008	193.783	7,46
2009	238.520	23,09
2010	288.575	0,82
2011	352.012	21,98
2012	379.095	7,69
2013	375.467	-0,97
2014	374.051	-0,38
2015	368.581	-1,46
2016	371.124	0,69
Mai	374.716	-0,23
Jun	376.424	0,46
Jul	376.058	-0,10
Ago	377.656	0,42
Set	377.730	0,02
Out	375.259	-0,65
Nov	372.905	-0,63
Dez	371.124	-0,48
2017	--	--
Jan	373.900	0,75
Fev	375.331	0,38
Mar	375.297	-0,01
Abr	376.112	0,22
Mai	377.322	0,32

Evolução das Reservas Cambiais (*)
(US\$ milhões)



Fonte: www.bc.gov.br – (Economia e Finanças – Indicadores de conjuntura – Reservas Internacionais – Dados diários) (Consulta em 30/05/2017)

(*) Reservas de 2017 referentes ao dia 26/05/2017. (**) As Agências são: Fitch; Moody's; e Standart & Poor's.